

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Bibiana Werle

A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM ESTRELA-RS

Porto Alegre

2011

Bibiana Werle

**A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM ESTRELA-RS:
IMPACTOS E MEMÓRIAS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História, ao curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: prof. Dr. Alessandro Mário Kerber

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família todo o apoio e amor que sempre me deram: Marino Werle, Maria Claudete Werle e Verônica Werle. Minha vó Selma, tios, tias, primos e primas. O amor que vai além da vida: minha eterna vó Laura.

A minha família de coração, que me abraçou numa Porto Alegre tão desconhecida no início do curso, e que durante esses quatro anos se transformou numa segunda casa: mana Gabi Correa, Jacson Schwengber, Gabi Zepka, Leo Peixoto, Eduardo Fagundes, Carol Silva, Duda Pisca, Paraguassu e Candinha.

Gabi, minha grande colega de quarto na Casa do Estudante, companheira de trabalho, de estágio, de aula, de vida... meus eternos agradecimentos.

Meus vizinhos queridos da CEU: Fernando e Michael Prudêncio, Felipe e Marina Castaman, obrigada pela amizade e pela irmandade que é essa vida comunitária.

Agradeço imensamente o apoio de Cláudio e Zilá Jacobsen, pessoas maravilhosas que Deus colocou na minha vida.

Meu orientador, Alessandro Kerber, que desde o período em que fui sua bolsista de iniciação científica vem sempre me auxiliando e esclarecendo idéias.

Agradeço aos meus queridos entrevistados e, sobretudo a Roque Schwertner, sem os quais seria impossível este trabalho. Seu Roque, obrigada pela dedicação não apenas comigo, mas também com a preservação da história de nossa cidade, que precisaria de mais vários cidadãos como você.

Obrigada à equipe do Memorial do Legislativo, que muito me ensinou neste ano e sobretudo, à Débora Soares, por todo o apoio técnico, mas principalmente pela amizade.

Agradeço à UFRGS, universidade pública, que me proporcionou todo o aparato necessário para permanência na Universidade, imprescindível.

Ao CNPq, pelo tempo em que fui bolsista de iniciação científica, momento em que preparei grande parte deste trabalho.

RESUMO

O período que vai de 1937 a 1945 marcou significativamente o modo de vida de grupos étnicos no Brasil. Conhecido como Estado Novo, este momento político nacional visou, através do então Presidente da República, Getúlio Vargas, construir uma identidade nacional brasileira. Em contraposição a um período político anterior, a República Velha, que se caracterizava pelo liberalismo oligárquico e pela acentuada autonomia dos estados federais, o regime varguista pretendia unificar as partes da nação através de um governo centralizado e agente da modernização do país. A idéia de forjar uma nação una e indivisível passava pela questão da identidade nacional, que veio a se traduzir na Campanha de Nacionalização durante o Estado Novo e implicou uma forte repressão a representações regionais e étnicas no país. Focalizando uma das colônias criadas para o recebimento de imigrantes alemães no século XIX, este trabalho analisa os impactos e as memórias da Nacionalização na cidade de Estrela – RS. O estudo acerca da imposição de uma identidade nacional sobre uma identidade étnica teuto-brasileira é analisado neste trabalho através de fontes como jornal, documentos oficiais e relatos orais. No caso dos impactos que a Nacionalização causou na cidade de Estrela, a análise do jornal “O Paladino”, veiculado no município durante o período abordado no trabalho, permite observar a maneira como esses meios de comunicação serviram como instrumentos para a difusão da ideologia estadonovista, de modo que a partir de novembro de 1937 há um redimensionamento no conteúdo do jornal. A intervenção às associações culturais germânicas também pode ser observada em Estrela, através de um fonograma de intervenção a um clube ginástico da cidade. No sentido de analisar a memória existente na atualidade acerca deste processo, foram realizadas onze entrevistas com descendentes de alemães que vivenciaram situações condizentes com a repressão estadonovista, através da metodologia da história oral.

Palavras-chave: Identidade Nacional. Identidade Étnica. Memória.

ABSTRACT

The period from 1937 to 1945 significantly marked the ethnic groups' way of life in Brazil. Known as "Estado Novo", this national policy aimed, through the President by then, Getúlio Vargas, the making of a Brazilian national identity. In contrast to a previous political period, the "República Velha", which was characterized by a marked oligarchic liberalism and by the autonomy of the federal states, Vargas' regime intended to unify the parts of the nation through a centralized government, agent of modernization. The idea of forging one indivisible nation passed by the question of a national identity, which came to be translated by the nationalization campaign during the "Estado Novo" and implied a strong repression of ethnic and regional representations in the country. Focusing on one of the colonies created to settle German immigrants in the nineteenth century, this dissertation analyzes the impacts and memories of the nationalization process in the city of Estrela - RS. The study on the imposition of a national identity over a Teutonic-Brazilian ethnic identity is analyzed here through sources such as newspapers, official documents and oral narratives. In the case of the impacts caused by the nationalization in the city of Estrela, the analysis of the newspaper "O Paladino", printed in the city during the period covered in the work, allows to observe the way this media was an instrument to spread the "Estado Novo" ideology, so that since November 1937 there is a resizing of the newspaper's content. The intervention to Germanic cultural associations can also be seen in Estrela, through a phonogram to one of the gymnastics club in the city. In order to analyze today's existing memory about this process, there were made eleven interviews with Germans descendants who experienced the repression of the "Estado Novo", through the oral history methodology.

Keywords: National Identity. Ethnic Identity. Memory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 IDENTIDADE NACIONAL E IDENTIDADE ÉTNICA.....	13
2.1 <i>Nação e etnia: abordagens teóricas.....</i>	<i>13</i>
2.2 <i>A vinda dos imigrantes alemães ao sul do Brasil.....</i>	<i>17</i>
2.3 <i>A formulação de uma identidade étnica teuto-brasileira no sul do Brasil</i>	<i>19</i>
3 O PERIGO ALEMÃO EM ESTRELA DURANTE O ESTADO NOVO.....	22
3.1 <i>O perigo alemão</i>	<i>22</i>
3.2 <i>Uma nova colônia de alemães.....</i>	<i>25</i>
3.3 <i>Vargas e seu projeto de construção da identidade nacional brasileira.....</i>	<i>27</i>
3.4 <i>O Paladino.....</i>	<i>30</i>
3.5 <i>A Turn Verein Estrella como um foco antinacionalista</i>	<i>41</i>
4 VESTÍGIOS DO PASSADO: A MEMÓRIA DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM DE ESTRELA.....	43
4.1 <i>Memória.....</i>	<i>43</i>
4.2 <i>A memória da Campanha de Nacionalização em Estrela.....</i>	<i>44</i>
4.3 <i>Eixo 1: A proibição do idioma alemão e a convivência nas escolas</i>	<i>47</i>
4.4 <i>Eixo 2: A repressão e as estratégias utilizadas para desviar a ação de fiscais do governo, de agentes da polícia e dos “infiltrados”</i>	<i>54</i>
4.5 <i>Eixo 3: A fala e o silêncio dos entrevistados e o sentimento deixado pela Campanha de Nacionalização</i>	<i>56</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	67

1 INTRODUÇÃO

Nesta monografia, pretendo fazer um estudo sobre a Campanha de Nacionalização (1937 – 1945) na cidade de Estrela – RS, analisando tanto os seus impactos em instituições existentes na cidade, como o jornal “O Paladino” e o clube ginástico Estrela, e a memória construída acerca deste processo por aqueles que a vivenciaram.

A Campanha de Nacionalização ocorreu durante a ditadura varguista do Estado Novo e tinha como objetivo a difusão de uma versão acerca da identidade nacional brasileira. Entre as idéias que orientaram as ações do Estado Novo para “nacionalizar” os brasileiros estava a de dissolver a possibilidade de formação de enquistamento étnico nas regiões de imigração, que eram marcadas por traços culturais característicos dos lugares de onde provinham os imigrantes.

O tema da imigração alemã foi objeto de diversos estudos que abordam desde a sua chegada ao sul do Brasil até as maneiras como se estabeleceram e construíram uma identidade étnica teuto-brasileira no país. René Gertz (1991), centrando-se num enfoque étnico-político-cultural-religioso, relacionado com a participação política dos imigrantes e seus descendentes no Estado, entende que não havia um isolamento cultural das colônias alemãs, sendo que nem todos eram colonos, mas também comerciantes e industriários, por exemplo. Gertz demonstra como o a idéia de um “perigo alemão” foi sendo construída muito antes do período do Estado Novo. As manifestações integralistas e nazistas em regiões de colonização alemã também são trazidas à tona por Gertz em 1987 e, em um trabalho realizado no ano de 2005, o autor demonstra as implicações políticas ocasionadas por governos interventores como Flores da Cunha e Osvaldo Cordeiro de Farias.

No que se refere à pesquisa que enfoca o desenvolvimento de uma ideologia étnica nas regiões de colonização alemã, Giralda Seyferth (1994), entende que, como decorrência do processo histórico de imigração, essa ideologia aparece como um modo de ser diferente do brasileiro. A relação entre os imigrantes e descendentes de alemães com o Estado Novo pode também ser visualizada em trabalhos como o de Regina Weber (1994), que aborda as manifestações de brasilidade e a questão étnica na cidade de Ijuí, e de Arthur Blasio Rambo (1994), que observa as diferenças entre brasileiros e teuto-brasileiros quanto às noções de nacionalidade e cidadania. Neste trabalho, proponho dialogar com a bibliografia existente sobre o tema, estabelecendo um enfoque específico sobre a Campanha da Nacionalização na

cidade de Estrela, bem como analisar a memória existente na atualidade acerca deste processo.

A Fazenda da Estrela foi uma das colônias que recebeu imigrantes alemães oriundos de regiões já colonizadas, como São Leopoldo e Feliz, na segunda metade do século XIX. A formação dessas colônias se caracterizou pelos casamentos intra-étnicos, por associações de canto, de tiro de guerra, de ginástica, de grupos escolares e religiosos, como também pelo uso da língua alemã, algo que era motivo de crítica longínqua no Brasil, desde a política imigratória realizada pelo governo imperial. A idéia de enquistamento/isolamento também era difundida no Brasil por ideologias nacionalistas no início do período republicano e ganhou força na década de vinte, de modo que se impôs com o Estado Novo, “a partir de 1937, [quando] consideravam que uma rígida campanha de ‘nacionalização’ garantiria o estabelecimento definitivo da unidade e homogeneidade étnico-cultural-religiosa no Brasil.” (GERTZ, 1991, p.7). Traduzida na Campanha de Nacionalização, a idéia de afastar o perigo da formação dos quistos étnicos se fortaleceu com a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha no ano de 1942.

Em contraposição a um período anterior da política nacional, a “República Velha”¹ (1889-1930), que se caracterizava por um liberalismo oligárquico – a coexistência entre uma Constituição liberal e práticas políticas oligárquicas –, na expressão de Resende (2003), o governo Getúlio Vargas inseria o Brasil em um novo momento político nacional a partir dos anos trinta. De acordo com Renato Ortiz (1988), dos anos trinta até os anos cinquenta, a construção da nacionalidade ainda era um projeto no Brasil. Visto que a indústria cultural era ainda algo incipiente, a modernização e o desenvolvimento econômico nacional deveriam ser promovidos pelo Estado, “uno e indivisível”, detentor do poder para integrar as partes da nação. A tumultuada década de trinta desencadeou fatores que levaram a apresentação de uma nova Constituição ao país em 1937. Inaugurava-se, então o Estado Novo, “um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil” (PANDOLFI, 2003, p. 15).

A Campanha de Nacionalização, comprometida com a idéia de formação da identidade nacional brasileira, promovia o enaltecimento de símbolos nacionais através dos meios de comunicação, de cartilhas escolares e de produções culturais de forma autoritária, o que veio a implicar uma forte repressão a representações regionais e étnicas no país. Ao

¹ O termo “República Velha” foi idealizado por ideólogos do Estado Novo na intenção de renegar este período anterior, marcado pelo liberalismo e acentuado federalismo dos estados.

observar os textos propagandísticos do Estado Novo, Maria Helena R. Capelato (1998) afirma que os mesmos acentuavam os perigos que os imigrantes estrangeiros representavam para o Brasil naquele momento.

Situando essa questão em um município do Rio Grande do Sul marcado pela colonização alemã e alvo da política repressiva estadonovista, analiso os impactos da Campanha de Nacionalização (1937 a 1945) sobre imigrantes alemães e seus descendentes em Estrela, na perspectiva de abordar a adequação das pesquisas realizadas sobre o tema em relação a esta cidade, bem como as especificidades deste caso. Além disso, este trabalho traz a análise acerca da memória presente na atualidade acerca deste processo. O estudo da memória partiu da observação, a partir de algumas entrevistas preliminares, de que as práticas impostas pela Campanha da Nacionalização ainda são lembradas como atos repressivos entre aqueles que vivenciaram este período. Diferente do contexto atual, em que as políticas culturais fomentam a valorização da diversidade, os depoentes trazem lembranças que, apesar de não discordarem do patriotismo promovido pela Nacionalização, discordam da maneira como uma versão da identidade nacional foi imposta.

Começando no ano de 1937, quando a Campanha de Nacionalização ainda não havia iniciado, a análise deste trabalho procura identificar os impactos e a memória da Campanha sob três frentes: nos depoimentos orais realizados com descendentes de alemães que vivenciaram a Campanha na cidade abordada; no jornal “O Paladino”, veiculado na cidade; e na documentação oficial do Clube Ginástico “Turn Verein Estrella”, atual Sociedade Ginástica de Estrela (SOGES), que sofreu intervenção estatal no período analisado. Com o início da Campanha, em 1938, e sua radicalização nos anos posteriores, busca-se analisar as transformações acarretadas em Estrela sob estas três frentes, de maneira a observar o que mudou no cotidiano dos cidadãos entrevistados, nas informações contidas no jornal e na forma como a SOGES passou a se representar para a sociedade. A busca pelas fontes se deu, no caso do jornal, em um arquivo particular, e no caso dos documentos oficiais da SOGES em um pequeno acervo organizado recentemente pela instituição para contar a sua história. A falta de museus e arquivos históricos no município foi fator limitante em diversos sentidos para a pesquisa histórica. Em se tratando de instituições de memória, Estrela apenas possui um museu particular que fica na casa de um casal de moradores da cidade, que se interessaram na preservação de objetos referentes à imigração alemã. Instituições culturais da cidade são a Casa de Cultura, mais relacionada ao âmbito artístico, e a Biblioteca Pública que, entre os livros de consulta em geral, possui antigos livretos sobre a cidade.

Para pesquisa em torno da memória da Campanha de Nacionalização, os depoimentos orais foram realizados utilizando a metodologia da história oral, que desde a década de 1960 vêm ganhando importância entre os historiadores, como é o caso de Paul Thompson (1992, p. 44), o qual compreende que a crítica realizada sobre depoimentos orais deve ser a mesma feita em relação às tradicionais fontes de pesquisa histórica. A importância da história oral está, segundo o autor, na possibilidade que ela tem de trazer novas versões à história oficial, pois ela:

[...] lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história.

A utilização da metodologia da história oral está baseada na proposta de Verena Alberti (2005) para as pesquisas realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), obedecendo a forma como esta instituição convencionou a maneira de fazer as entrevistas e as transcrições. Compreendo que através de depoimentos orais, é possível obter uma recuperação do passado de acordo com aqueles que vivenciaram determinada situação.

A história oral é entendida aqui, conforme Alberti, na sua possibilidade específica como “método-fonte-técnica”. Como método, a história oral produz fontes de consulta: as entrevistas que, ao serem transcritas e gravadas, adquirem o estatuto de documento oral. Assim, é permitido o registro, segundo Delgado (2006, p. 15), “através de narrativas induzidas e estimuladas, [de] testemunhos, versões e interpretações sobre a História”, de maneira que não é a “História em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória”.

A escolha dos entrevistados deu-se através de uma pesquisa em instituições como a Casa da Cultura de Estrela e a Biblioteca Pública municipal, de maneira que estas forneceram indicações de pessoas que já haviam participado de projetos culturais referentes à história da cidade e que foram realizados por aquela instituição. Além disso, os próprios entrevistados indicaram outros possíveis depoentes.

Todas as pessoas entrevistadas são descendentes de imigrantes alemães, possuem mais de 80 anos e vivenciaram situações condizentes com a intervenção imposta pelo Estado Novo na cidade de Estrela. A análise aqui apresentada conta com onze entrevistas, que foram realizadas por mim nas casas dos próprios depoentes. Entre as questões feitas aos depoentes, procurei enfatizar as transformações ocorridas no cotidiano dos descendentes de alemães. As lembranças evocadas pelos entrevistados também geraram novas perspectivas de análise sobre o tema, quando estes relatavam as estratégias como desviavam a censura estabelecida durante a Campanha de Nacionalização (Apêndice A).

Segundo Alberti (2005, p. 29), “sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um *meio* de conhecimento”. É nesse sentido que utilizo neste trabalho fontes que vão além dos depoimentos orais, de modo que estes possam ser articulados à análise do jornal e da documentação referente à instituição pesquisada.

A utilização do jornal “O Paladino” como fonte de análise pressupõe o esclarecimento dos cuidados que devemos ter ao consultar fontes impressas para a pesquisa histórica. A compreensão de que o conteúdo pesquisado no jornal se trata de algo escrito em período diferente do atual, exige o distanciamento necessário existente entre fonte de informação histórica e fonte de pesquisa histórica, tal qual nos fala Elmir (1994).

Outro apontamento importante é o de que o historiador, ao utilizar o jornal como fonte de pesquisa histórica, deve ter em mente que aquilo que foi escrito na imprensa pressupõe um público determinado e que, para captar a essência do que é pesquisado, o historiador precisa fazer uma “leitura intensiva”, e não “extensiva”, desta fonte. “A leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha”, de modo a se buscar regularidades e constâncias no que foi escrito (ELMIR, 1994, p. 21). É neste sentido que o estabelecimento de como se dá a recepção também deve ser levado em conta pelo historiador:

[...] as práticas de leitura ou de apropriação não correspondem exatamente às intenções dos autores contidas nos textos lidos. Muitas vezes, a recepção pode não realizar o desejo daqueles que emitiram determinado juízo sobre alguma questão. Devemos levar em conta este tipo de diferenciação para evitarmos concluir através de nossa leitura intensiva relações que o leitor empírico na sua leitura extensiva não estabeleceu com o texto, ou com as idéias (ELMIR, 1994, p. 23).

A idéia de buscar referências à Campanha de Nacionalização em “O Paladino” foi concretizada através da pesquisa de edições muito bem preservadas pelo filho do antigo sócio do jornal, Roque Schwertner. A boa vontade de Roque para contribuir com a escrita da

história local permitiu minha pesquisa em uma mesa reservada do depósito da atual livraria e papelaria que contém o mesmo nome do antigo jornal, e atualmente pertence a Roque.

Fundado por Antonio Cardoso em setembro de 1921, na cidade de Estrela, o jornal “O Paladino” (que se denominava como “o semanário de maior tiragem e circulação no Alto Taquari”) funcionou até o ano de 1941. Com uma tiragem entre mil e mil e quinhentos jornais por edição, “O Paladino” foi um semanário que, publicado aos sábados, a cada domingo atingia não apenas o público da área urbana da cidade, mas também as pessoas da zona rural que “iam para a cidade” frequentar as missas dominicais. Em virtude da inexistência das edições dos últimos dois anos do jornal, das quais Roque nunca soube o paradeiro, foi possível analisar as edições dos anos de 1937, 1938 e 1939 do semanário. Após este período, há apenas partes de uma edição referente ao ano 1941, quando efetivamente o jornal deixou de circular na cidade em função de uma intervenção pela Campanha de Nacionalização. A referência a outro jornal local, “A voz de Estrela”, é encontrada no próprio “O Paladino”, mas em função da inexistência de notícias sobre a preservação de edições daquele, foi impossibilitada a sua análise.

No que tange à sociedade ginástica pesquisada para este estudo, há documentos oficiais demonstrando a intervenção estatal na Sociedade Ginástica de Estrela (SOGES), antiga Turn Verein Estrella. O acervo da instituição organizado recentemente trouxe uma grande possibilidade de pesquisa acerca da maneira como esta instituição representa a sua história.

Além dos depoimentos orais, da análise do jornal e da documentação institucional referidos acima, a busca por material relativo à história da cidade em órgãos públicos do município se fizeram fundamentais. A documentação encontrada na Biblioteca Pública Municipal de Estrela forneceu dados estatísticos, antigos livretos e revistas comemorativos da cidade, de onde foi possível extrair informações mais precisas sobre a história local.

Para melhor compreensão do leitor, este trabalho está organizado da seguinte maneira: no capítulo “Identidade nacional e identidade étnica”, faço uma análise teórica acerca dos conceitos que entendo como fundamentais para o tema em questão. Trata-se de termos como etnia, nação, identidade étnica e identidade nacional. Em “O perigo alemão em Estrela durante o Estado Novo”, faço uma análise acerca do tema do “perigo alemão” e sua relação com o contexto histórico que antecedeu e que aborda o Estado Novo. Além disso, é realizada a análise das edições referentes aos anos de 1937 a 1939 de O Paladino, e da documentação da SOGES. Por fim, no capítulo “Vestígios do passado: a memória da

campanha de nacionalização em Estrela”, faço uma análise de onze entrevistas realizadas sobre o tema entre pessoas que viveram na cidade nesta época e que tiveram experiências ligadas à Nacionalização. Dada a complexidade da questão da memória e a possibilidade de levantamento de outras fontes orais, este último capítulo apresenta algumas conclusões provisórias e que pretendo aprofundar em futuros estudos.

2 IDENTIDADE NACIONAL E IDENTIDADE ÉTNICA

O processo histórico que analiso neste trabalho relaciona-se com um projeto cultural do regime varguista que, através de diversas estratégias, promoveu a difusão de uma determinada versão sobre a identidade nacional brasileira. Entre os objetivos deste projeto, estava a eliminação de focos antinacionalistas, caso das regiões marcadas pela imigração, por exemplo. Especificando o contexto da imigração alemã, conceitos como nação, etnia e identidade nacional e étnica são fundamentais em um estudo sobre o tema.

2.1 Nação e etnia: abordagens teóricas

O Estado, no sentido derivado da evolução dos Estados nacionais a partir da Europa Ocidental, é uma construção política que, para conquistar legitimidade, necessita se afirmar como nação², ou seja, construir representações que insiram as diversas identidades, dos diversos grupos que habitam o território administrado por ele, dentro de um novo conceito. No que se refere às identidades nacionais, parto da definição de Benedict Anderson (2008) para o conceito de nação que, segundo o autor, não existe em outra instância senão no imaginário de uma comunidade.

Anderson propõe que tanto a nação quanto o nacionalismo são produtos culturais que, mesmo específicos, se tornaram modulares. Ela é concebida pelo autor como uma comunidade política imaginada limitada e soberana. Assim, a idéia de a nação ser imaginada estaria ligada ao fato de que todos que convivem nela têm uma imagem viva de comunhão entre si; ela é limitada por possuir fronteiras finitas; soberana por motivo de que seu conceito nasceu no momento em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo o reino dinástico de ordem divina, havendo a transferência da soberania divina para a popular; e, por fim, ela

² O debate teórico acerca do conceito de nação está marcado por uma oposição entre concepções objetivistas e subjetivistas, como nos afirmam Poutignat e Streiff-Fenart, que fazem uma análise de como o conceito vem sendo utilizado. Assim, ao se debruçarem sobre os estudos de Ernest Renan, os autores afirmam que este refuta os critérios objetivos de pertença nacional (fatores etnográfico, geográfico ou lingüístico) em prol de critérios subjetivos (como o desejo, a vontade e o consentimento), visando “substituir os fundamentos atribuídos ou herdados de pertença, impondo-se ao homem como uma fatalidade, por uma busca voluntarista de adesão que faz da existência da nação ‘um plebiscito de todos os dias’” (RENAN, 1887, p. 307 *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART; 1998, p. 35).

seria uma comunidade por ser concebida “como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34).

As identidades étnicas não necessariamente são construídas a partir deste princípio de “soberania” como as nacionais e, neste sentido, também a “limitação” não se estabelece necessariamente em relação a fronteiras geográficas. Afora isso, as identidades étnicas também podem ser compreendidas como comunidades imaginadas. Tanto as identidades étnicas como as nacionais são compreendidas neste trabalho como dinâmicas e construídas a partir de condições, necessidades, desejos e aspirações que caracterizam os grupos nacionais e étnicos. Dessa forma compreendo, também, a identidade teuto-brasileira ou alemã construída no Brasil dentro da categoria do étnico, no sentido de ser construída a partir de uma imaginação acerca do que vem a ser a Alemanha em relação às versões sobre a identidade nacional brasileira apresentadas a estes grupos.

Anderson procurou uma explicação para o sentimento nacional buscando suas origens, que seriam fruto do cruzamento de diferentes forças históricas. Assim, um grande processo de laicização, tanto da comunidade religiosa (relacionada à exploração do mundo não europeu e a um desuso cotidiano da língua sagrada, mesmo com a fé não sendo completamente substituída) quanto da soberania divina, como também uma mudança paradigmática da noção de tempo, que de sacro, passou a ser racionalizado pelo homem, levaram a condição nacional a se estabelecer gradualmente. No entanto, houve algo fundamental para a difusão desse processo: o capitalismo editorial. Este, segundo o autor, seria o responsável pela rápida disseminação do setor editorial que, devido às suas necessidades, passou a produzir edições em vernáculo, por exemplo. Assim, Anderson afirma que uma interação mais ou menos casual entre capitalismo, imprensa e a fatalidade da diversidade lingüística humana tornaram possível que as novas comunidades fossem imaginadas.

Hobsbawm (1990, p. 18) afirma que não existe critério satisfatório (seja objetivo ou subjetivo) para definir o conceito de nação, afinal, os critérios mudam ao longo do tempo. Assim o autor explica que não possui uma definição *a priori* para tal conceito. Com a visão de que a nação é uma construção do nacionalismo, a saída encontrada pelo autor é fazer um recorte no tema, de maneira a estudar o movimento político, que é como a nação se manifesta. Além disso, o autor compreende que há três fases dos movimentos nacionais – inicialmente, ainda no século XIX, com um desenvolvimento puramente cultural, literário e folclórico; em seguida, com as campanhas políticas através dos pioneiros militantes e, por fim, com a

aquisição de massa dos programas nacionalistas. Assim, o extremo do nacionalismo no mundo estaria marcado pelo período que vai do início da Primeira Guerra Mundial até o final da Segunda Guerra Mundial, justamente o focado nesta pesquisa.

No caso brasileiro, neste período foi reconstruída, massificada e imposta uma versão sobre a identidade nacional brasileira. A construção de uma versão acerca da identidade nacional brasileira remonta ao século XIX, quando temos já na literatura do romantismo a valorização do índio como representação nacional e, no âmbito da história o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No século XX, mais especificamente a partir dos anos vinte, houve uma reconstrução da identidade nacional. Alguns dos artistas e intelectuais vinculados à semana de arte moderna paulista, como Mário de Andrade, e do nordeste brasileiro, como Gilberto Freyre, tiveram suas versões acerca da nação brasileira tornadas oficiais nos anos 1930.

Em relação às identidades étnicas (pensadas, na época, dentro da categoria “raça”), é o pensamento de Gilberto Freyre que mais foi influente sobre as escolhas do Estado Novo. Segundo Fico (1997, p. 34), este foi o período de “gilbertização” do país, ou seja, da absorção da explicação da sociedade brasileira através da obra “Casa Grande e Senzala”, que promoveu uma ressignificação dos negros e dos mestiços na cultura nacional. A partir da obra de Gilberto Freyre, a mistura de raças como formadora da identidade nacional ganhou ampla aceitação e a noção de que o Brasil tinha se formado pela miscigenação difundiu-se socialmente e tornou-se senso comum. Como afirma Schwarcz (2000, p. 178), sendo uma “representação vitoriosa dos anos 30, o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol”. Durante o século XX, via-se a necessidade de um Estado forte para unificar as partes da nação. A década de trinta e quarenta comportou as duas últimas fases descritas por Hobsbawm, de modo que uma difusão do nacionalismo fez o governo Vargas valorizar a identidade nacional em detrimento das identidades regionais. O extremo dessa situação se deu com o advento do Estado Novo, em 1937, como veremos posteriormente.

Classificando-se na linhagem fundada por Fredrik Barth na década de 1960, Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.11) explicam que o primeiro substituiu uma concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica, de modo que, como qualquer outra identidade coletiva, a étnica “é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos,

definindo os que os integram ou não.” Assim, esses processos sofrem mudanças ao longo da história, perdendo ou ganhando características (traços culturais como crenças, ritos, língua, valores, etc.) que diferenciam os grupos étnicos, sem que se percam os limites culturais que os distinguem dos outros.

A partir de Barth, Poutignat e Streiff-Fenart compreendem a identidade étnica tendo sua especificidade, em detrimento de outras identidades coletivas, na idéia de fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum, de maneira que “o que diferencia, em última instância, a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 13). Mas os autores deixam claro que esse passado não é o da ciência histórica, mas sim aquele em que se representa a memória coletiva, no sentido de fundamentar-se em uma “história mítica”, que busca sentido em processos de criação e interpretação das representações coletivas.

Como podemos perceber, o conceito de etnia muitas vezes é associado e até mesmo confundido com o de nação³. Este, por sua vez, é um termo que, apesar de bastante antigo, modificou-se ao longo da história. Durante o século XIX – século em que operou-se a conversão da Europa dos príncipes para a Europa das nações, conforme Thiesse (2001/2002) –, temos basicamente duas teorias para conceber a nação: a resultante do romantismo, que esteve relacionada às nações mais retardatárias no processo de unificação nacional e se baseia em uma noção de teor étnico, de modo que cada povo é considerado uma raça e o sangue comum determina o pertencimento a determinada nação. Assim, o cidadão não escolhe ou adere a uma nação, mas submete-se “a um determinismo organicista (a nação como *Volksgeist* originária do sangue e do solo)” (THIESSE, 2001/2002, p. 8). Exemplo bastante importante desta concepção para este trabalho é a Alemanha, que assim fundamentou sua unificação em 1871 e concebe a cidadania alemã até atualmente. A segunda teoria da nação do século XIX trata-se da resultante da Revolução, que compreende a nação como um contrato racional, em que os indivíduos aderem por um ato voluntário que cede a soberania. Esta está associada a nações mais precoces, como a França. O caso brasileiro deriva desta concepção.

³ A nação tem sua diferença fundamental em relação à etnia por reivindicar soberania, o que não é elementar para a segunda.

2.2 A vinda dos imigrantes alemães ao sul do Brasil

Para fazermos uma análise da identidade étnica formulada pelos alemães no Brasil, se faz necessário primeiramente um esboço do contexto da colonização de europeus iniciada no século XIX no país. Nos princípios desse século, especificamente no ano de 1824, temos referências à chegada da primeira leva de imigrantes alemães ao sul do Estado brasileiro que, até então, caracterizava-se por um povoamento espontâneo de colonos brancos, em sua maioria de origem portuguesa, pela incorporação de indígenas e importação de escravos.

A colonização de imigrantes no sul Brasil durante o século XIX estava associada à ocupação permanente de zonas distantes ao centro do país a fim de formar colônias de estrangeiros. Para o Brasil, a imigração ocorrida na região sul tinha um caráter de economia complementar ao setor exportador da economia nacional (dedicado à produção cafeeira), de maneira que produzia não apenas para o consumo local, mas também para o restante do Império. De acordo com Giralda Seyferth (1994, p. 12), “as áreas destinadas a projetos de colonização se situavam no Sul, e ao Estado brasileiro interessava, primordialmente, uma imigração de famílias camponesas européias”. Essa preferência por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, muitas vezes é relacionada, na literatura acerca do tema, a um perfil ideal de imigrante, como afirma Seyferth (1994, p. 12, nota 1): “constituindo-se verdadeiras hierarquias étnicas de europeus capazes de praticar uma agricultura racional de base familiar [,] os alemães invariavelmente ocuparam o primeiro lugar nessas hierarquias”. No entanto, não podemos deixar de mencionar outros motivos, como: “o estado de guerra em que se encontrava Portugal com relação àqueles países [Espanha, Inglaterra, Holanda e França] e [...] o casamento da Princesa Dona Leopoldina, de origem germânica, com o Imperador Pedro I [...]” (LANDO; BARROS, 1992, p. 26).

Observando que a característica mais peculiar da imigração alemã foi de ter se concentrado em poucas regiões, Seyferth (1994) explica que, em alguns casos, a formação de colônias etnicamente homogêneas, posteriormente foi vista com suspeita pelos brasileiros, tanto é que no início da República, “a principal crítica à política imigratória do Império teria por base justamente o que chamavam de isolamento e enquistamento dos colonos alemães resultantes do assentamento em colônias homogêneas” (SEYFERTH, 1994, p.13). Apesar disso, tanto a autora quanto René E. Gertz (1991) afirmam que o isolamento e a homogeneidade devem ser relativizados.

Lando e Barros (1992) citam como razão da vinda de imigrantes alemães ao Brasil a revolução agrícola e demográfica ocorrida no século XIX na Alemanha que, ao abolir a estrutura feudal, criou condições para que os camponeses se tornassem proprietários de terras ao ceder 1/3 destas ao seu senhor. Apesar de libertar o camponês médio, esta reforma acabou por deixar o pequeno camponês em uma situação delicada, pois, ao dividir sua já pequena propriedade aos filhos, fazia com que estes se encontrassem em uma situação de camponeses de minifúndio, tornando-se passíveis à alternativa da imigração viabilizadas pelos agentes estrangeiros.

Outra razão da saída dos alemães apontada pelas autoras foi o processo de industrialização, ocorrido nas décadas de 1860 e 1870 na Alemanha. No período anterior a esse processo, o país conservava o regime de artesanato doméstico. Apesar de contar com uma unidade econômica já em 1834 com um “mercado comum” a partir da união aduaneira, Zollverein, que favoreceu seu desenvolvimento industrial, a unificação política alemã se deu apenas em 1871, quando a absorção de enorme contingente de mão-de-obra para trabalhar no setor industrial desencadeou a decadência dos artesãos e trabalhadores da indústria doméstica que, não possuindo condições de competir com a industrialização, se voltaram para a alternativa de deixar o país.

É possível afirmar, sem desmerecer outras possíveis razões da vinda de imigrantes alemães para o Brasil, que:

Se, por um lado, num 1º período, a emigração se fez frente ao atraso em que se encontrava a Alemanha com relação à Revolução Industrial, numa 2º fase ela foi propiciada pelo excedente populacional advindo do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico e das crises de conjuntura econômica (LANDO; BARROS, 1992, p. 15).

Podemos desmitificar, portanto, a idéia de que todos os imigrantes alemães que integraram o processo de colonização do sul do Brasil eram, necessariamente, colonos. Segundo Seyferth (1994, p. 13), apesar de a maioria ser origem rural, havia também “artesãos, técnicos especializados, refugiados políticos, ex-militares, pequenos empresários, intelectuais, etc., que tiveram papel importante na formulação da ideologia étnica teuto-brasileira”.

2.3 A formulação de uma identidade étnica teuto-brasileira no sul do Brasil

Um olhar teórico sobre a identidade étnica e a nacional, bem como sobre o contexto da colonização alemã no sul do Brasil nos permite uma melhor compreensão sobre como se forjou uma identidade étnica alemã entre os imigrantes e seus descendentes. A partir da idéia colocada por Poutignat e Streiff-Fenart (1998) de que a identidade étnica se constrói e transforma na interação com outros grupos sociais entendo que a formulação da identidade étnica “teuto-brasileira” não tenha ocorrido de forma diferente. Giralda Seyferth, de acordo com essa acepção, acrescenta que a emergência da identidade étnica não tem relação com uma situação de isolamento/enquistamento, pelo contrário:

Como outras identidades de mesmo tipo, esta [identidade étnica teuto-brasileira] surgiu no âmbito do contato com a sociedade brasileira e, como expressão de consciência coletiva, só pode ser compreendida por referência a um processo histórico de colonização a partir do qual foi elaborada e que ajudou a preservar (SEYFERTH, 1994, p.11).

Segundo a autora, a questão do isolamento das colônias alemãs, considerada responsabilidade do governo brasileiro, foi veiculada em publicações teuto-brasileiras num período anterior ao Estado Novo. A ideologia étnica passada por essas publicações transmitia a imagem dos imigrantes como “colonos pioneiros, assentados em plena selva e deixados por sua conta, sem apoio do poder público, colonos que construíram igrejas, escolas, associações culturais, mantiveram sua língua e seus costumes, e sua identidade nacional” (1994, p. 14). O fato é que, homogêneas ou não, a concentração de imigrantes e seus descendentes em áreas restritas corroborou com a formação de uma cultura realmente teuto-brasileira associada ao complexo colonial, sobre o qual, a etnicidade será formalizada, de acordo com Seyferth (1994).

A construção de uma identidade étnica “teuto-brasileira” traz outro elemento que vai ao encontro da idéia de que o que funda o grupo étnico é a crença subjetiva na comunidade de origem. Quando Poutignat e Streiff-Fenart afirmam que o que diferencia a identidade étnica das outras identidades coletivas é, em última instância, o fato de ela ser orientada para o passado (e não um passado qualquer, mas sim aquele construído pela memória coletiva), podemos observar a validade desta idéia para a questão da imigração alemã.

O passado construído pela memória coletiva, no que tange à construção de uma identidade étnica “teuto-brasileira”, tem no processo de colonização uma crença de origem

comum. E não apenas compartilhar esse passado comum, como fixar símbolos e critérios de identificação são maneiras de estruturar e reestruturar as fronteiras étnicas através da interação do grupo étnico com os outros, tal como explica Barth (1969⁴ *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 196), como vimos anteriormente. Seyferth (1994, p. 24) reforça isto ao afirmar que a “idéia de descendência comum, ser ‘de origem’ implica em aceitar um modo de vida e um comportamento social diferenciados, embasados numa ‘cultura alemã’ modificada por mais de 150 anos de história comum no Brasil”. Assim a autora entende que o que mais conta no plano de afirmação da etnicidade é a “cultura da colonização”.

Para entendermos a formação de uma identidade étnica “teuto-brasileira”, além de contar com essa idéia de passado comum, não se pode deixar de elencar elementos que a constituem objetivamente, como as associações (de tiro de guerra, de canto, de ginástica e de auxílio mútuo) que assumiram forte caráter étnico; “o uso cotidiano da língua alemã; a organização escolar comunitária ou religiosa (com ensino em alemão) e todo o complexo econômico e social originado da colonização baseada na pequena propriedade familiar policultora”, entre outros, que apesar de serem anteriores “à emergência da etnicidade, [reificaram] uma ‘cultura germânica’ pretendida pelos imigrantes e seus descendentes, dando ao isolamento (geográfico/político) um caráter ideológico justificativo de limites étnicos” (SEYFERTH, 1994, p. 15).

As lutas em torno da afirmação de uma identidade étnica teuto-brasileira passam, de acordo com Seyferth (1981 e 1994) e Gertz (1987 e 1991) pelo conceito de *Deutschtum*, traduzido em português para germanismo, para significar a idéia de etnicidade, sendo “uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p. 32). A ideologia do germanismo estabelece a nacionalidade dos teuto-brasileiros⁵ através da combinação do nacionalismo alemão com o brasileiro. Como explica Seyferth (1981, p.8):

Existem duas formas, ou melhor, três de se estabelecer a nacionalidade de uma pessoa: pela herança de sangue, fundamentada no *jus sanguinis*, que exclui critérios geográficos; pelo local de nascimento de uma pessoa, baseado no *jus solis*; ou pela combinação dessas duas coisas. Esta última alternativa levou a uma dualidade de nacionalidades [do grupo de teuto-brasileiros] [...].

⁴ BARTH, F. Introduction. In: _____ (ed.). *Ethnic Groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Bergen, Oslo: Universitetsforlaget; London: George Allen & Unwin, 1969. p. 9-38.

⁵ Os teuto-brasileiros são definidos por Gertz (1987) como os descendentes de imigrantes alemães já nascidos no Brasil.

Desse modo, o germanismo envolve uma idéia de pluralismo étnico em que o grupo descendente mantém seus costumes, sua língua, não deixando de ser cidadão brasileiro. A ligação com a Alemanha, naturalizada através dos critérios objetivos citados acima tem ligação com textos nacionalistas produzidos por Arnt e Fichte no início do século XIX, antecedendo a unificação alemã, que estimulavam atividades folclóricas e influenciaram os editores de jornais teuto-brasileiros (SEYFERTH, 1994, p. 17), tanto é que

As primeiras manifestações de etnicidade surgiram no grupo alemão, em meados do século XIX, formalizadas por escrito, como ideologia nacionalista, nos primeiros jornais editorados em língua alemã, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, quando algumas lideranças formalizaram uma identidade étnica teuto-brasileira (SEYFERTH, 1999, p. 203).

Além de jornais confessionais ou não, Gertz (1991) aponta para alguns setores do catolicismo e do luteranismo que apoiavam a elaboração e preservação do *Deutschtum*. O historiador afirma ainda que algumas instâncias receberam apoio de José Antônio Flores da Cunha, que governou o Estado entre 1930 e 1937: “em 25 de julho de 1934, são festejados os cento e dez anos de colonização alemã. O governador concorda em elevar a data a feriado estadual” (GERTZ, 1991, p. 39). O choque entre um projeto de construção da identidade nacional brasileira e o pluralismo étnico dos teuto-brasileiros, entretanto, irá acontecer poucos anos mais tarde, com o advento do Estado Novo, como veremos adiante.

3 O PERIGO ALEMÃO EM ESTRELA DURANTE O ESTADO NOVO

Sendo uma das colônias que recebeu imigrantes alemães no século XIX, a Fazenda da Estrela passou a contar com estes em seu contingente populacional a partir de então. Organizando-se em associações, grupos de reza e canto, os imigrantes alemães e seus descendentes manifestavam traços germânicos também pelo uso do idioma alemão. Durante o Estado Novo, a presença de uma germanidade em uma das associações e em um jornal que circulava no município era encarada como um forte antinacionalismo pelos agentes estatais.

3.1 O perigo alemão

Uma acusação de não integração dos imigrantes alemães à sociedade brasileira mais ampla tem um histórico que vem desde a crítica da política imigratória do Império, como vimos anteriormente. Quando cita estudos feitos pela historiadora Helga Piccolo (1998) sobre discursos de deputados na Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul⁶, Gertz (1991, p. 14) mostra que esta era uma posição presente entre os deputados. Vejamos um exemplo no discurso do deputado Caldre e Fião, no ano de 1857:

O Sr. Caldre Fião: [...] Eu vi grande numero de brasileiros estabelecidos no Estado Oriental, vi toda a costa do Quarahim habitada por brasileiros, e disse logo ao amigo, que me acompanhava nessa minha digressão: - A causa d'isto é porque a assembléia do Rio Grande não quer cuidar da educação do povo; dá colônias aos estrangeiros, dá-lhes subsídios, e não cuida dos brasileiros. (Apoiados).⁷

Elemento que redimensionou essa idéia de não integração e de segregação das regiões de colonização alemão foi, segundo Gertz (1991), a criação do império alemão, em 1871. O fato de a Alemanha não ter colônias, fez com que ideólogos e estrategistas alemães pensassem no aproveitamento dos alemães que se encontravam no exterior para atingir suas pretensões imperialistas. É a partir daí que é desencadeada, de acordo com o autor, a campanha do “perigo alemão”, que enfraquece com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, mas retoma força sob o governo de Hitler⁸, adquirindo amplitude internacional em

⁶ Antiga denominação da atual Assembléia Legislativa do RS no período entre 1835 até 1889.

⁷ Jornal Correio do Sul, ano 6, n.5, p.2, 25 out. 1857.

⁸ Nesse sentido cito dois livros em que Gertz faz referência: “Diálogos com Hitler”, de Hermann Rauschning, ex-prefeito de Danzing, que em 1936 rompeu com o nazismo e se exilou na Suíça, publicado em 1940; e o livro “A organização secreta nazista na América do Sul”, do jornalista Hugo Hernandez Artucio, publicado

muitos momentos. Apesar disso, Gertz (1994, p. 37) garante que “toda pesquisa histórica séria realizada até hoje concluiu que nunca existiu nas instâncias superiores do governo nazista qualquer projeto de interferência político-militar no Brasil”. No entanto, o autor alerta para as concessões que devem ser feitas a algumas instâncias subalternas do regime nazista, que teriam se envolvido com “imigrantes no exterior” que viviam no Brasil. Ao falar sobre isso, Seyferth (1994) afirma que os teuto-brasileiros não pretendiam uma vinculação política com a Alemanha.

Durante o século XX, muitos autores brasileiros acreditavam na “doutrina do branqueamento”, que “baseava-se em doutrinas raciais deterministas com estatuto científico (darwinismo social), em voga na Europa e nos Estados Unidos, que apregoavam a superioridade das raças brancas” (WEBER, 1994, p. 107). A crença estava na idéia de que a miscigenação levaria ao desaparecimento das “raças inferiores”, e ao predomínio do elemento branco. Desde aí, a aversão dos alemães ao caldeamento já causava incômodo e, Sílvio Romero, “o primeiro a sistematizar a doutrina do branqueamento a partir de 1888, vai defender a imigração lusitana e italiana e criticar o ‘enquistamento étnico’ dos alemães” (WEBER, 1994, p. 107).

De acordo com Helena Bomeny (1999, p.154), o alerta de Romero era claro, em 1906, para o perigo da criação de nacionalidades dentro do Brasil, de modo que defendia “uma estratégia de ação que aproveitasse de modo extensivo o proletariado nacional como elemento colonizador perto do estrangeiro para educar-se com ele no trabalho e, em troca, contribuir para o seu abrasileiramento”. Bomeny ainda se refere a Alberto Torres e Manuel Bonfim, que criticavam a formação nacional dificultada pela sucessão de correntes migratórias, e o ensino primário, que deveria ser unificado e nacionalizado, respectivamente. A radicalização desta questão veio com Afrânio Peixoto, que, conforme a autora, afirmava em 1917: “vivemos um século a discutir o direito da União intervir nas províncias e nos estados [...], e não temos brio nem melindres de soberania para impedir que países estrangeiros, em nosso território, transformem em nacionais os nossos patrícios” (BOMENY, 1999, p. 154).

durante a Segunda Guerra Mundial. Ambos os livros tratam do “perigo alemão”, de modo que o primeiro traz uma manifestação de Hitler sobre a fundação de uma nova Alemanha no Brasil; e no segundo, o jornalista cita um documento, o atlas chamado “A Alemanha e o mundo”, em que são traçadas fronteiras de uma Alemanha sul-americana que descreve Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul como colônias alemãs. Além da imprensa internacional Gertz ainda cita denúncias de infiltração nazista no Brasil, que se tornaram mais recorrentes a partir de 1942, conforme dois livros que se tornaram bastantes conhecidos: “O mais famoso é *A 5ª coluna no Brasil*, de Aurélio da Silva Py, chefe de polícia no estado na época. O outro chama-se *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul* do então secretário de educação J. P. Coelho de Souza” (GERTZ, 1991, p.47).

A noção de pluralismo étnico proposta pela ideologia do germanismo, que a externalizava principalmente através de jornais, criou problemas no relacionamento entre os imigrantes alemães e seus descendentes, de modo a alimentar especulações sobre separatismo que, de acordo com Seyferth (1999, p. 204), ressurgiam a cada crise, principalmente nos momentos que antecederam as duas guerras mundiais: “primeiro em face da propaganda pangermanista, com seu discurso sobre *Auslanddeutsche* (os ‘alemães no estrangeiro’ considerados parte da nação alemã); segundo, diante da investida nazista amplamente denunciada ao longo da década de 30”. Assim, as primeiras ações nacionalizadoras em instituições étnicas teriam ocorrido, segundo a autora, durante a República Velha, sob intervenção formal do Estado entre 1917 a 1919 que teriam modificado “os currículos escolares, como a exigência do ensino bilíngüe e a introdução das disciplinas história e geografia do Brasil, além de língua portuguesa” (SEYFERTH, 1999, p. 199).

A década de trinta, conforme Gertz (1991, p. 40), pode ser “considerada um momento de reavivamento e radicalização do germanismo”, pois

[...] não há dúvida de que o germanismo se alimentava em grande parte do apoio físico e moral que recebia da Alemanha. Com a derrota desta na Primeira Guerra, a energia alimentadora que vinha da “pátria-mãe” cessou ou ao menos teve um refluxo considerável. O nazismo, retomando ideologicamente o germanismo e recolocando a Alemanha numa posição de força no contexto internacional, produziu naturalmente um efeito de reavivamento do movimento germanista (GERTZ, 1991, p. 40).

Quando falamos, no entanto, sobre a aceitação da massa de população de origem alemã a esse reavivamento do germanismo no Rio Grande do Sul, Gertz supõe não ter sido algo unanimemente endossado e comprova esta idéia através de artigos e relatos da época. O historiador demonstra que o número pessoas que ingressaram no Partido Nazista (que até 1938 não era proibido) no Rio Grande do Sul não alcançou grandes expectativas: enquanto que temos um número de oitenta mil alemães emigrando para o Brasil entre 1919 e 1933, algo em torno de quinhentas pessoas ingressou no Partido Nazista no estado gaúcho (GERTZ, 1994, p. 35).

Frisando a idéia de que germanismo, nazismo e integralismo não devem ser confundidos, Gertz (1991, p. 63) afirma que estes “forneceram a justificativa para a ação estatal conhecida como ‘campanha de nacionalização’”. Apesar de observarmos, portanto, que a idéia do perigo alemão vinha sendo preconizado desde o século XIX, Seyferth (1999, p. 225) afirma que apenas um Estado autoritário teria as condições para criar uma legislação impositiva de caldeamento e assimilação.

3.2 *Uma nova colônia de alemães*

Localizada na região do Vale do Taquari, centro-leste do estado, a cidade de Estrela situa-se a cerca de 110 km da capital do estado, Porto Alegre. Sua mais antiga referência oficial está no ano de 1800, quando o 13º Vice-Rei do Brasil, D. José Luís de Castro⁹ (Segundo Conde de Resende), concedeu uma sesmaria com 3.900 braças de frente (8,58 km) por légua e meia de fundo, na margem esquerda do Rio Taquari, a João Inácio Teixeira. Conforme o Alvará Imperial de 23 de agosto de 1808 a região passou a integrar o município de Porto Alegre. De acordo com Hessel (1983), em 22 de junho de 1830, Vitorino José Ribeiro e sua mulher permutaram um imóvel em Porto Alegre pela fazenda da Estrela com José Inácio Teixeira Júnior, filho de João Inácio Teixeira, e sua mulher¹⁰. A partir deste momento, Ribeiro passou a ser proprietário de muitas terras na região conhecida como Alto Taquari¹¹, caracterizada, durante a primeira metade do século XIX, sob o regime de sesmarias-estâncias.

O ano de criação de uma das primeiras colônias da região foi o de 1856, sob o nome de “Colônia de Estrela”¹², e é considerado por Hessel (1983), como o início da colonização sistemática de imigrantes alemães que afluíam das zonas de São Leopoldo e Feliz às novas “picadas” que eram abertas a partir da colônia de Estrela, a mando de Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto¹³. O autor afirma que a chegada destes foi importante no sentido de propiciarem ativação do comércio local, o aumento da população e, conseqüentemente, a formação do primeiro povoado do Alto Taquari.

Em 1870, o bispado de São Pedro do Rio Grande deu à colônia de Estrela a licença para a edificação de uma capela com a invocação de Santo Antônio, de maneira que a colônia se tornou a primeira freguesia do Alto Taquari, em 1873. Estrela foi elevada à cidade no ano de 1938. Até o ano de 1954, apenas um dos “municípios-filho” emancipara-se, sendo que sua área abrangia, além de seu próprio território como cidade, as vilas de Languiru, Teutônia, Roca Sales, Corvo (atualmente Colinas) e parte do atual município de Imigrante (na época

⁹ D. José Luís de Castro governou o Brasil de 1790 a 1801.

¹⁰ Tal permuta encontra-se de acordo com a escritura pública lavrada no 2º Notariado de Porto Alegre, L. 50, fls. 282.

¹¹ A região do Alto Taquari situa-se na zona marginal do Rio Taquari, compreendida entre os municípios de Bom Retiro do Sul e Muçum, segundo Lothar Hessel (1998).

¹² A Colônia de Estrela foi criada por Vitorino José Ribeiro.

¹³ Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto era filho de Ana Emília de Sampaio. Esta era casada com José Luís Menna Barreto, que era enteado de Vitorino José Ribeiro.

A grande maioria dos alto-taquarienses era “alemã”, entendendo-se, por este termo, brasileiros de sangue germânico puro, muitos nem sabendo falar nossa língua [o português]. Na vila de Estrela, na falta de algum levantamento estatístico nesse sentido, calculava-se que eles atingissem uns 80%, restando uns 15% para os “brasileiros” – indivíduos de sangue e de idioma português – e no máximo 5% negros e mulatos, que tinham pele escura e um “pé na África” (HESSEL, 1998, p. 51-52).

Com uma população atual de 30.619 habitantes¹⁴, no ano de 1925 Estrela contava com cerca de 26.929 habitantes, segundo consta no Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Estrela, de 1926, ano em que foi possível encontrar dados estatísticos mais aproximados à época em que este trabalho aborda. Quanto à religião predominante, considero que o catolicismo tivesse mais adeptos entre a população estrelense, pois esta é a informação contida no livreto do Jubileu de Diamante de Estrela, do ano de 1951. O protestantismo está em segundo lugar, antecedendo outros pequenos núcleos religiosos.

3.3 Vargas e seu projeto de construção da identidade nacional brasileira

A história republicana do Brasil, iniciada em 1889, caracteriza o período que vai entre 1894 a 1930 como a “República Velha”. Idealizado posteriormente por ideólogos do Estado Novo, este termo tinha a intenção de renegar aquele período, marcado pela acentuada autonomia dos estados. A coexistência entre uma Constituição liberal e práticas políticas oligárquicas, demarcou um liberalismo oligárquico, na expressão de Resende (2003).

Contrariamente a essa distribuição regional dos poderes, o movimento de trinta, encabeçado por Getúlio Vargas, em 1930, procurou acentuar o processo de unificação nacional. De acordo com Aspásia Camargo (1999, p.40), “a grande estratégia foi fragmentar ao máximo as velhas e as novas lideranças emergentes dos estados para fortalecer o poder central, usando como escudo os militares [...]”. Apesar de romper com um regionalismo mais ativo, entretanto, a autora acredita que o federalismo foi reformulado através da continuidade de uma teia de relações em torno de pessoas e estados, mas agora com o controle sobre os mesmos, de modo que as mudanças passaram a ser orientadas politicamente pelo Estado, que procurou consolidar o próprio desenvolvimento social.

¹⁴ Dado populacional referente ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 6 nov. 2011, às 16hrs 56 min.

Segundo Dulce Pandolfi (1999), a consolidação das propostas que Vargas vinha colocando em pauta desde outubro de 1930 se firmaram com o Estado Novo e, por isso, ocorreram intensas disputas de poder no período entre o movimento de trinta e o golpe de 1937. Citando acontecimentos como a Revolução Constitucionalista, ocorrida em São Paulo em 1932; a mobilização da população através de dois movimentos de conotação ideológica bastantes diferentes, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL); e a eclosão dos levantes comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro em 1935, Pandolfi afirma que aos poucos segmentos das elites civis e militares foram sendo aliçados do poder e o “perigo comunista” fornecia justificativa para um aumento do controle da sociedade e para um aprimoramento dos mecanismos de repressão do governo. Segundo a autora:

A escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de dez de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo. Naquele dia, alegando que a Constituição promulgada em 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo”, Vargas apresentou à Nação nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal, e num modelo antiliberal de organização da sociedade (PANDOLFI, 1999, p. 10).

A onda de questionamento do modelo liberal clássico de organização da sociedade fez com que novas experiências no sentido de concepções totalitárias, nacionalistas, autoritárias, estatizantes e corporativistas ocorressem na Europa, como por exemplo Hitler, na Alemanha, Mussolini, na Itália e Salazar em Portugal. A implantação do Estado Novo no Brasil deu ao presidente poderes excepcionais. “As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos” (PANDOLFI, 1999, p.10). Juntamente com essas medidas repressivas, vinha a idéia de modernizar o país através da promoção da industrialização.

Sendo o Estado o agente de modernização da nação, a construção de uma nacionalidade passava pelos seus objetivos. Apenas um Estado forte e centralizado poderia constituir uma nação una e indivisível. Defendendo a idéia de que no Brasil não havia uma integração cultural nos moldes de uma sociedade de massa nos anos 30, Renato Ortiz (1988, p. 51) afirma que, dos anos 30 a 50, a construção da nacionalidade era ainda apenas um projeto no país. Não é por acaso, então, que nesse período a questão nacional se impôs com toda a sua força. O Estado seria um espaço no interior do qual se realizaria a integração das partes da nação e, como a indústria cultural era ainda algo incipiente, toda a discussão sobre a integração nacional se concentrou no Estado que, em princípio, seria o detentor do poder e da vontade política para a transformação da sociedade brasileira.

As práticas nacionalistas impostas pela ditadura estadonovista passaram, então, pela propaganda política, de caráter autoritário, veiculada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, foram produzidos livros, revistas, folhetos e cartazes, além de programas de rádio, radionovelas e documentários cinematográficos que tinham como intenção enaltecer a pátria brasileira, suas belezas naturais e seu povo trabalhador. Nas escolas, materiais didáticos, como o livreto “O Brasil é Bom” e o livro “Getúlio Vargas para crianças”, traziam explicações sobre o novo regime político e mostrava as suas qualidades, como demonstra Capelato (1998, p. 158-161). Nesse momento, segundo Oliven (1986, p.51-52), “as ideologias sobre o caráter nacional brasileiro que enfatizavam a dificuldade de construir uma verdadeira cultura no Brasil devido à miscigenação racial cedem lugar a posições como as de Gilberto Freyre que frisam a idéia de que no Brasil haveria uma democracia racial”.

No que tange à incorporação dos imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional, Seyferth (1999, p. 199) aponta para a idéia de que “a necessidade de assimilação, de caldeamento, dos identificáveis como alienígenas¹⁵ ou estrangeiros [...], tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 30”. Iniciada em 1938, a Campanha de Nacionalização efetivou medidas no sentido de promover a integração dos estrangeiros em dois níveis: um educativo, e outro repressivo, conforme Gertz (1991, p. 65).

A repressão aos teuto-brasileiros que, conforme Gertz (1991) iniciou-se com do Decreto-Lei 383, de abril de 1938 de Getúlio Vargas, mas se intensificou com o alinhamento brasileiro aos Aliados, em 1942, após o afundamento de navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, traduzia-se através da intervenção do Estado em associações e instituições recreativas e culturais estrangeiras, em escolas comunitárias, na imprensa estrangeira e inclusive reprimindo o uso cotidiano da língua e proibindo reuniões de grupos. A nacionalização estava representada no Rio Grande do Sul através das “pessoas de J. P. Coelho de Souza, secretário de educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia” (GERTZ, 1991, p. 65).

Observando as memórias do interventor federal Cordeiro de Farias (entre 1938 e 1943), Gertz escreve que este estava convencido de que:

¹⁵ Alienígena era uma das formas como o imigrante e descendente era identificado pelos decretos-lei do Estado Novo.

[...] “o perfil do sul do continente seria outro se a Alemanha tivesse vencido a guerra em 1939. Hitler teria realizado seu velho sonho de domínio do mundo, formando aqui sua Alemanha, na região mais rica e mais povoada de alemães. Essa base cultural e étnica comum favorecia o separatismo do sul do Brasil”. E mais adiante o interventor destaca que iniciou sua guerra contra os tentáculos nazistas muito antes que as operações militares tivessem iniciado na Europa (GERTZ, 1991, p. 63).

A “guerra contra os tentáculos nazistas”, de que se refere o interventor Cordeiro de Farias, teve ecos na cidade de Estrela. A pesquisa nas edições dos anos 1937 a 1939 do semanário “O Paladino”, me fez ver claramente como, ao longo desses três anos, o conteúdo do jornal foi sendo reformulado para servir como um braço (um tentáculo, agora sim) do novo regime político que, com a carta constitucional de 1937, restringiu a liberdade de imprensa. A análise que faço aqui tem como fim observar como, em meio a anúncios, artigos e notícias, se sucedeu, cronologicamente, esse redimensionamento do conteúdo do jornal.

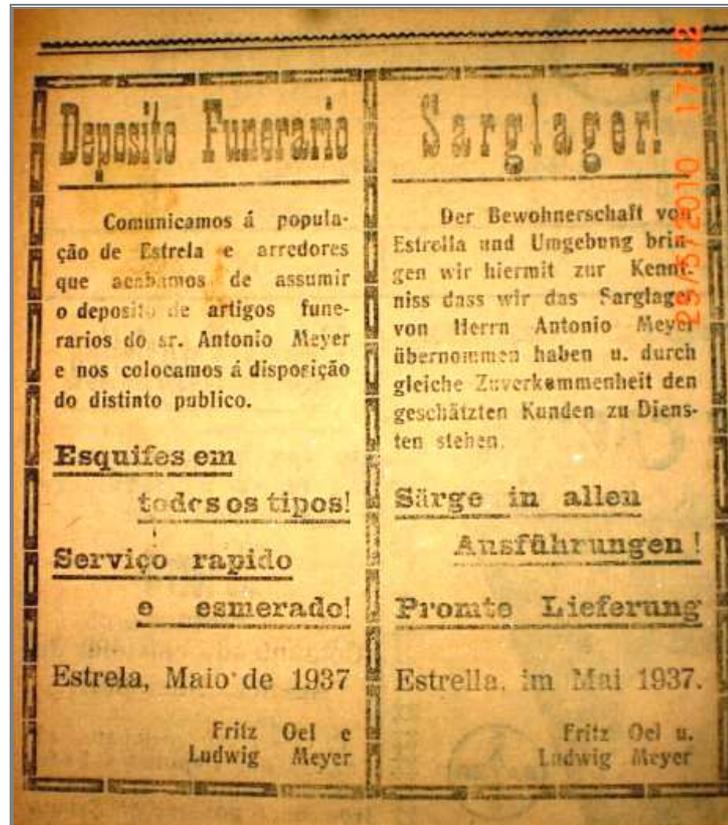
3.4 O Paladino

Começamos no ano de 1937 e de pronto é interessante observar quais eram os serviços especiais de informação e colaboração de “O Paladino”: a União Brasileira de Imprensa, do Rio de Janeiro, a União Jornalística Brasileira, de São Paulo, e o “Serviço especial de informação ao Estrangeiro (Auslands Nachrichten Dienst)”, assim como consta na capa de todas as edições que vão até o dia 30 de abril de 1938. Ter a colaboração de um serviço de informação ao estrangeiro com certeza já nos faz refletir acerca do interesse que os leitores, ou a linha editorial do jornal tinham em saber notícias acerca da situação da Alemanha. Quando das entrevistas que realizei com descendentes de alemães que vivenciaram este período, como veremos posteriormente, ouvi relatos de que a preocupação com parentes que se encontravam na Alemanha era grande, de modo que liam jornais e ouviam rádio para se informarem. As informações que o SEIE¹⁶ traziam eram referentes às condições de trabalho na Alemanha, estatísticas e dados sociais e econômicos sobre os mais variados temas, como consumo, poder aquisitivo, a indústria de rearmamentos e relações internacionais.

No ano de 1937, os anúncios e as notícias em língua portuguesa com tradução para o alemão são recorrentes nas edições do ano inteiro, também são encontradas notas apenas no idioma alemão. Temos assim, anúncios de médicos; de festas de Kerb`s (tradicional festas

alemãs); de encontros e festas da “Turn Verein Estrella”, atual Sociedade Ginástica Estrella (SOGES); informações sobre itinerários de linhas de ônibus entre Estrella e outras cidades; anúncios fúnebres, como demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Comunicado nos idiomas alemão e português em O Paladino



Fonte: O PALADINO, 8 maio 1937, p. 2 (ML)¹⁷

Apesar desse “ambiente” favorável para manifestação da cultura alemã em O Paladino de 1937, é possível perceber um incipiente movimento em direção a uma justificação e ao enaltecimento do governo Vargas em termos de conteúdo do jornal, a partir do mês de junho. Notas do Departamento Nacional de Propaganda¹⁸, chamadas “O que os brasileiros devem saber”, circulam desde março no jornal e trazem consigo explicações sobre direitos e deveres dos cidadãos segundo a Constituição de 1934, curiosidades sobre a nação

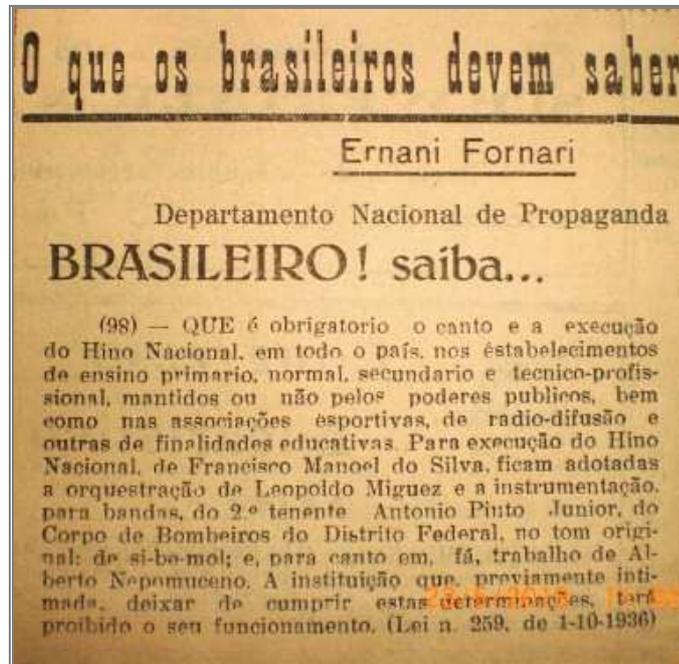
¹⁶ Utilizo a sigla SEIE para reportar-me ao Serviço especial de informação ao Estrangeiro.

¹⁷ Utilizo a sigla ML ao referir-me às matérias locais, e MC, para as matérias compradas.

¹⁸ O Departamento Nacional de Propaganda (DNP) tem origem em 1931, quando foi criado, pelo governo do Estado, o Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Em 1934, o DOP se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que, em 1937 passou a nomear-se DNP. Este, por sua vez, transformou-se em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. O DNP era dirigido por Lourival Fontes, ministro de propaganda de Vargas, entre 1934 e 1942. Entre as funções básicas do DNP estava a educação cívica.

brasileira, e os deveres patrióticos dos cidadãos, que não deveriam ser entendidos como dever, mas como manifestação de amor à pátria. Exemplo na figura 3.

Figura 3 - “O que os brasileiros devem saber”.



Fonte: O PALADINO, 24 jul.1937, p. 1, MC

A intenção de justificar atitudes do governo também era explicada em artigos, como é possível observar no texto “A fixação da entrada de imigrantes – alguns aspectos do problema”, proveniente da Correspondência epistolar da Agência Nacional, de junho de 1937: “As limitações à imigração, fixadas no texto constitucional, têm assim outro sentido que o de evitar a concorrência de trabalhadores vindos de fora aos que se formaram em nosso meio. Não seria lícito discutir as altas razões de defesa da índole orgânica do povo brasileiro, de segurança da formação de um tipo próprio de população, de garantia de assimilação de elementos alienígenas no quadro da vida nacional [...]”. (O PALADINO, ano 16, n. 769, p.1, 5 jun.1937, MC). Outro artigo do mesmo ano, chamado “Um discurso histórico”, do Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda, trata de um discurso pronunciado por Getúlio Vargas em Petrópolis, na sede de uma unidade do exército, que extrapola seu senso de nacionalidade. Vejamos um trecho: “[...] a palavra inspirada e inspiradora do Presidente da República repercutiu diretamente numa atmosfera onde o sentimento da unidade da pátria encontra o clima mais propício à sua expansão. [...] num país [...] na fase culminante do seu caldeamento étnico [...]. E salienta ainda o chefe do governo que, entre as responsabilidades das forças armadas, está a de se colocarem, a qualquer momento, contra as forças

desintegradoras à sombra de falsas reivindicações ou mal dissimuladas em suscetibilidades regionalistas [...]”. (O PALADINO, ano 16, n. 777, p.1, 31 jul.1937, MC).

É no mês de setembro que, sem dúvida, encontramos as maiores manifestações patrióticas referidas por O Paladino. A programação da “Semana da Pátria” é um evento noticiado já em agosto no jornal. Importante observarmos que neste ano de 1937, assim como acontece em 1938 e 1939, as comemorações em torno da independência brasileira contam com a participação de atletas da Turn Verein Estrella e da turma do Tiro de Guerra 227, da cidade de Estrela. Faço essa observação por motivo de que na década de 40, quando da radicalização do regime em função da entrada do Brasil na guerra contra o eixo, essas associações sofreram intervenção do Estado, que as considerava locais de enquistamento étnico e antinacionalismo.

O anticomunismo aparece com freqüência a partir dos últimos meses de 1937, momento em que aumentam também os textos de exaltação ao regime estadonovista e ao chefe da Nação. A constituição de 10 de novembro com certeza tem relação direta com isso. No mês de dezembro, por exemplo, um texto intitulado “O Estado Novo e o chefe nacional”, escrito por Caetano Rossi Berlese, chega a descrever Vargas como um “imortal chefe nacional”, e acrescenta dizendo que trata-se de um homem “Ponderado e refletido, culto, tolerante, magnanimo e honrado. Homem cuja mentalidade multiforme exprime todas as facetas do caráter do povo brasileiro”. Quando se refere à questão da nacionalidade, o texto exprime que “Somos, em realidade, um grande povo, uma grande raça, um país de tradições, e acima de tudo uma alma de indole formada”. [...]”. (O PALADINO, ano 17, n. 796, p.1, 11 dez.1937, MC). O último mês do ano de 1937 ainda traz a íntegra do decreto-lei a respeito da dissolução de todos os partidos políticos brasileiros.

Como podemos observar, em 1937, ano de implementação do Estado Novo, a difusão da idéia de uma identidade nacional brasileira ainda era bastante incipiente no que tange ao conteúdo analisado em O Paladino. Textos de crítica ao governo Vargas e anúncios de reuniões integralistas¹⁹ mostram que ainda havia certa tolerância a esse tipo de informação nos jornais. (ver figura 4) O efeito do 10 de novembro, no entanto, teve grande peso na forma como as notícias eram divulgadas e, por isso que as edições de O Paladino de 1938 se diferem tanto em termos de conteúdo referente à exaltação do regime do que no ano anterior.

¹⁹ Em Estrela, o primeiro núcleo da Ação Integralista Brasileira foi instalado em 25 de novembro de 1934. De acordo com José Alfredo Schierholt, que escreveu o “Dicionário de Estrela”, a manifestação integralista nas eleições municipais de 1935 foi inexpressiva, totalizando 45 votos.

Figura 4 - Anúncio de reunião de integralistas



Fonte: O PALADINO, 24 abr. 1937, p. 3, ML

O ano de 1938 segue, em seus primeiros meses, com suas habituais notícias e anúncios escritos em língua alemã, no entanto, os textos de enaltecimento ao regime ocupam uma proporção espacial cada vez maior no semanário, é o caso dos textos “Oração à bandeira”²⁰, do mês de janeiro; “Uma só bandeira para toda a Patria”²¹, de fevereiro; “Um perfil do Presidente Getúlio Vargas”²², do mês de março; e “Interessante apreciação sobre o Presidente Getúlio Vargas numa Revista Chilena”²³, de abril. A preocupação dos professores estrelenses com a nacionalização de seus alunos, que até então tinham aula nos idiomas alemão e português, aparece noticiada em O Paladino de 26 de fevereiro. O texto “Reunião de professores em Corvo” traz a seguinte frase: “O Revmo. P. Affonso Schmidt, concitou ao professorado a dar a máxima atenção ao vernaculo, para que o merito já publico e notorio das nossas escolas particulares mais e mais cresça, contribuindo tambem para segura e completa nacionalisação dos nossos centros rurais”. [...]” (O PALADINO, ano 17, n. 805, p.2, 26 fev.1938, ML).

Um fato interessante ocorrido em abril, no entanto, me fez considerar este mês como um divisor de águas no modo como as notícias eram divulgadas em O Paladino: a edição do

²⁰ “Oração à Bandeira” (O PALADINO, ano 17, n.797, p.3, 1º jan. 1938, MC).

²¹ “Uma só bandeira para toda a Patria” (O PALADINO, ano 17, n. 804, p.1, 19 fev. 1938, MC).

²² “Um perfil do Presidente Getúlio Vargas – as características pessoais do Chefe da Nação Brasileira analisadas num jornal de Milão” (O PALADINO, ano 17, n. 807, p.1, 12 mar. 1938, MC)

²³ “Interessante apreciação sobre o Presidente Getúlio Vargas numa Revista Chilena” (O PALADINO, ano 17, n. 810, p.1, 2 abr. 1938, MC).

dia 30 de abril é a última em que aparece, entre os colaboradores do jornal, o apoio do SEIE, ou seja, essa pode ser uma primeira intervenção sofrida pelo semanário. É aqui que se enquadra a idéia de René Gertz (1991, p. 65), exposta anteriormente: de que o decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938²⁴ teria iniciado a repressão aos teuto-brasileiros. O último aparecimento da colaboração do SEIE ao jornal ocorreu na segunda edição publicada do semanário após o decreto.

A mudança ocorrida em O Paladino após o decreto-lei 383, de abril de 1938, também fez com que os anúncios e notícias que eram normalmente escritos em idioma alemão deixassem de circular. A partir de maio, tudo que é veiculado no jornal está escrito em português, inclusive as festividades da Turn Verein Estrella e dos tradicionais bailes de Kerb`s, veja figura 5. Os artigos escritos para o jornal, em sua maioria, não falam de outro assunto que não as qualidades do Estado Novo.

Figura 5 - Anúncio de baile de Kerb em português



Fonte: O PALADINO, 4 jun. 1938, p. 3, ML

²⁴ Entre as proibições aos estrangeiros que estivessem em território nacional, o decreto-lei 383 os vedava de “[...] manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.” (Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938, Art. 2º, § 5).

O 10 de novembro ocupa três longos artigos em edições de abril e maio do jornal com títulos como: “10 de Novembro e o estrangeiro no Brasil”²⁵, “10 de Novembro e o poder de polícia”²⁶, ambos de abril; e 10 de Novembro e os direitos individuais”²⁷. No primeiro deles cito uma parte que discorre sobre a assimilação do estrangeiro à nação brasileira: “O Estado Novo que deseja construir a nação, pela base, - encara a assimilação do estrangeiro que abita o país, como o problema fundamental do seu povoamento [...] o Estado Novo não tem preconceito de raças, não cultiva preferências étnicas [...] Mas, também, o Estado Novo coloca acima de tudo, a felicidade do cidadão brasileiro. Antes de pensar nos homens de outras bandeiras, e de outros climas e de outras terras, - o Estado Novo pensa no homem do Brasil.” E continua afirmando: “Se os filhos de outros países, contrariarem esse propósito, prejudicarem essa suprema finalidade – serão inimigos do Estado Novo”.

Outra maneira de inculcar o espírito nacional na população foi a inauguração do retrato do “Chefe da Nação” na prefeitura municipal de Estrela, que ocorreu no mês de julho de 1938 e contou com “grande número de pessoas”²⁸. A Semana da Pátria, que havia recebido bastante atenção do jornal em 1937, recebe, em 1938, uma edição especial para esta ocasião. Traduzido em uma mini-edição, o dia 29 de agosto é inteiramente dedicado à programação patriótica de setembro, que ainda conta com a letra do hino nacional, o rol de finalidades patrióticas da Liga de Defesa Nacional, além de apelos à população para participar das comemorações, demonstrando que isso é um dever cívico do brasileiro, e um dever de gratidão do estrangeiro.

O mês de setembro, além das grandiosas festividades em torno da semana da pátria, contou com outro acontecimento bastante interessante: a visita, à Estrela e municípios vizinhos, do Secretário da Educação, J. P. Coelho de Souza. O Paladino dedica grande espaço do jornal ao itinerário do Secretário na cidade, que visitou o hospital e escolas, e foi recepcionado por alunos de escolas e escoteiros de Estrela que, devido ao mal tempo, não puderam fazer as demonstrações de educação física a Coelho de Souza.

As edições dos meses finais do ano de 1938 seguem divulgando textos de exaltação patriótica, principalmente no que se refere à legislação, que traz diversas proibições aos estrangeiros. Em um comunicado da Agência Nacional, chamado “Legítima Defesa”, a idéia é

²⁵ “10 de Novembro e o estrangeiro no Brasil” (O PALADINO, ano 17, n. 814, p.1, 30 abr. 1938, MC).

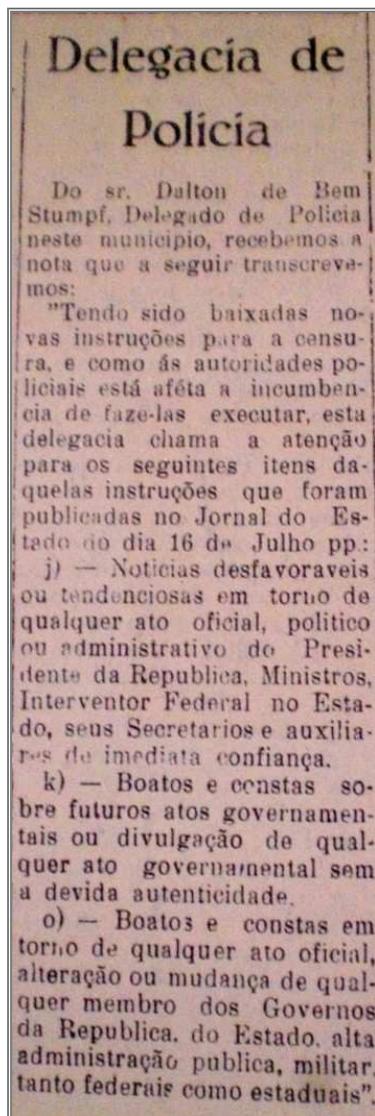
²⁶ “10 de Novembro e o poder de polícia” (O PALADINO, ano 17, n. 814, p.1, 30 abr. 1938, MC).

²⁷ “10 de Novembro e os direitos individuais” (O PALADINO, ano 17, n. 815, p.1, 7 maio 1938, MC).

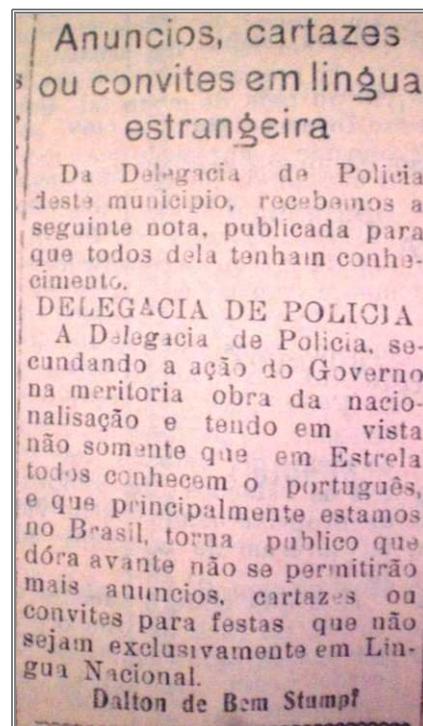
²⁸ “Inauguração de um retrato do Chefe da Nação” (O PALADINO, ano 17, n. 815, p.3, 7 maio 1938, ML).

justificar as ações do governo através de semelhantes atitudes de outros chefes nacionais, no caso deste, a Suíça: “O regime que a Constituição de novembro instituiu, inspirou-se no mais sadio nacionalismo. Desse modo só os máos observadores poderiam extranhar a conduta do governo em relação aos partidos estrangeiros [...] O Conselho Federal da Suíça, informa despacho telegrafico, banuiu o uso dos emblemas dos partidos nacionais e estrangeiros [...] para evitar os movimentos nazistas ou semelhantes.” [...]” (O PALADINO, ano 18, n. 846, p.1, 10 dez.1938, MC). Quanto às ações nacionalizadoras que atingem diretamente os imigrantes alemães e seus descendentes em Estrela, temos, conforme figura 6, notas da Delegacia de Polícia do dia 30 de julho, que fixa normas para censura àqueles que contrariarem o regime; e do dia 10 de dezembro, anunciando a proibição, a partir desta data, de anúncios, cartazes e convites para festas que não fossem em “Língua Nacional”.

Figura 6 - Notas da Delegacia de Polícia de Estrela



Fonte: O PALADINO, 30 jul. 1938, p. 2, ML



Fonte: O PALADINO, 10 dez.1938, p. 2, ML

Finalizando o ano de 1938, a edição de Natal traz, na íntegra, o decreto de Reforma da Lei de Nacionalização, assinado pelo interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, que envolve modificações importantes no âmbito da educação, como a proibição de subvenção de governo estrangeiro, de diretores estrangeiros e professores que não falassem o idioma português nas escolas, bem como a exclusividade do ensino em língua vernácula; o cumprimento rigoroso das determinações de caráter civil emanadas da Secretaria da Educação nas escolas, além de sua fiscalização, entre outras.

O incremento de conteúdo exaltando o novo regime a partir de abril de 1938, que permaneceu até o final do ano, continuou em 1939. Bastante diferentes do ano de 1937, aquelas edições se destacaram quanto aos textos que qualificavam o Estado Novo e supunham inculcar um sentimento patriótico nos cidadãos brasileiros e estrangeiros. Em 1939, podemos, entretanto, observar ações que influenciavam mais diretamente a vida dos imigrantes e descendentes de alemães em Estrela, como veremos adiante.

Iniciando o ano de 1939, temos textos como “O dever de patriotismo”, em janeiro, e “Adiante Brasil!”, relativo ao mês de fevereiro. O primeiro demonstra que cultivar o sentimento patriótico, paralelamente com o sentimento afetivo, é um dever do brasileiro e, quanto ao estrangeiro, “[...] respeitar as leis e acatá-las, sem obrigação formal e explícita de viver contra a sua vontade, num país, que não lhe merece respeito e consideração. E em que a despeito disso, não o abandona.”²⁹ O segundo texto, traz a idéia de que o novo regime trouxe o progresso para a nação: “Enquanto, à nossa volta, o mundo se debate grotesca e tragicamente dentro de um pezadelo de inquietudes e problemas fatais, nosso povo trabalha, constrói aceleradamente sua civilização original e vive na tranqüilidade que lhe asseguram as normas de uma construtora política que garante seu trabalho e sua continuidade progressiva.”³⁰

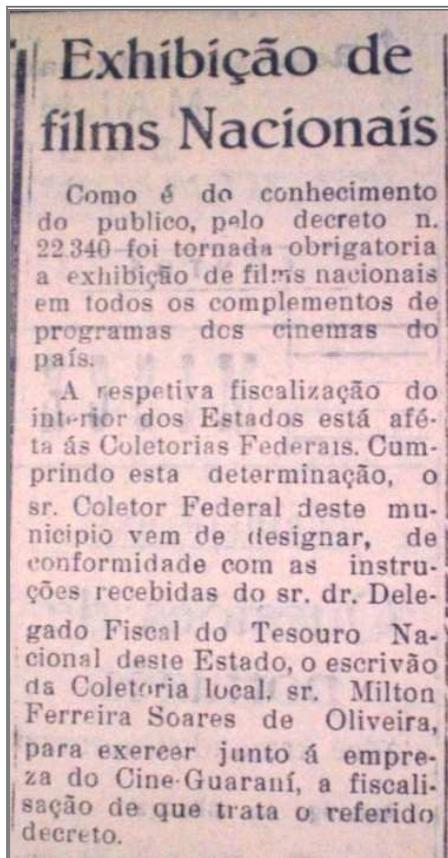
O ano segue com a notícia, em março, da obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais (ver figura 7), e em abril com uma nota esclarecedora dos feriados nacionais, que afirma: “Mesmo que não fosse obrigatório, somente o espírito de brasilidade que deve animar a todos os filhos da nossa grande Pátria [...]”. (O PALADINO, ano 18, n. 864, p.3, 22 abr.1939, ML). Em meio aos textos propagandísticos do Estado Novo, é noticiado o

²⁹ “O dever de patriotismo” (O PALADINO, ano 18, n. 851, p.2, 21 jan. 1939, MC).

³⁰ “Adiante Brasil!” (O PALADINO, ano 18, n. 854, p.1, 11 fev. 1939, MC).

fechamento de três escolas particulares no município de Estrela, em virtude de não corresponderem à Lei de Nacionalização, conforme figura 8.

Figura 7 - Nota informando a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais



Fonte: O PALADINO, 11 mar. 1939, p. 3, ML

Figura 8 - Fechamento de escolas no município de Estrela em virtude da não correspondências à Lei de Nacionalização



Fonte: O PALADINO, 03 jun. 1939, p. 3, ML

Se a visita do Secretário da Educação causou tamanha movimentação em Estrela, em setembro de 1938, imaginemos como foi a vinda do interventor federal, Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, em julho de 1939. A programação da visita contou com a inauguração de uma Usina Suplementar no município, com a passagem por escolas e pelo hospital, e também com organização de um baile em homenagem ao interventor. Em um artigo de 5 de agosto, intitulado “Écos da visita de S. Excia., o Cel. Inteventor Federal”, temos um curioso texto, sem identificação e escrito para o próprio interventor, que discorre contrariamente à Campanha de Nacionalização mas, talvez por encobrir o texto com elogios ao Cel. Cordeiro de Farias, não foi censurada. Vejamos um trecho: “Vossa Exelencia bem o sabe que sem o

concurso da colônia, não seria admissível construir-se algo de melhor no terreno administrativo. Tal como nós estamos convictos de encontrar na pessoa de Vossa Ex., um chefe probo e justiceiro, que certamente não se deixará influenciar pela arraigada campanha tão infeliz quão injusta contra nós desenvolvida” (O PALADINO, ano 19, n. 879, p.3, 5 ago.1939, ML).

A influência mais direta das ações nacionalizadoras também pode ser percebida em anúncio do dia 02 de setembro, quando, às vésperas da semana da pátria, os professores das escolas particulares do município são “lembrados” que a comemoração da escola é obrigatória, de acordo com o programa elaborado pela Secretaria da Educação do estado. As comemorações relativas ao evento são noticiadas em *O Paladino*, que trazem toda a programação do evento em praticamente uma página inteira do semanário. Os imigrantes e descendentes de alemães também são atingidos através de notificações da Delegacia de Polícia. Enquanto que em setembro temos um aviso dizendo que a Delegacia “agirá com máxima energia” no cumprimento das determinações que proíbem manifestações a chefes de partidos políticos de nações estrangeiras; em novembro, instruções do Chefe de Polícia do estado, Aurélio da Silva Py, demonstram que, com algumas ressalvas, apenas o idioma nacional poderia ser proferido nas prédicas religiosas.

Essa visão geral acerca do conteúdo de *O Paladino*, no que se refere às edições dos anos de 1937 a 1939, revela a maneira como um jornal com fortes traços étnicos veiculado na cidade de Estrela foi sendo “moldado” pela idéias de ufanismo e adoração ao Presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo. O nível de intervenção estatal atingiu o semanário de tal maneira que ele parou de funcionar como jornal em dezembro de 1941. De acordo com Roque Schwertner (filho de um dos sócios do jornal, que mantém a salvaguarda de *O Paladino*), em 1941, a sede do jornal foi invadida em função da Campanha da Nacionalização. As lembranças de Roque se referem às histórias contadas pelo seu pai, segundo o qual durante a invasão, as letras com que era composto o jornal foram “despejadas” ao chão. A prisão do pai de Roque não se efetuou por motivo de ele conhecer bem o juiz municipal. Infelizmente não contamos com as edições dos anos de 1940 e de 1941, das quais Roque nunca teve notícias, desde o momento em que iniciou a organização dos jornais deixados pelo pai.

3.5 A *Turn Verein Estrella* como um foco antinacionalista

Além da proibição da circulação de *O Paladino* ocorrida em 1941, outra situação relacionada com a Campanha de Nacionalização ocorreu em Estrela no ano seguinte. Trata-se da intervenção ao clube ginástico germânico da cidade, “*Turn Verein Estrella*”, que se deu pela Delegacia de Polícia do município. O fonograma expedido pela Delegacia de Polícia de Estrela ao Cel. Chefe de Polícia do estado deixa clara a intervenção feita ao clube ginástico, em 14 de março de 1942:

“Comunicamos Vossencia acabamos assumir por indicação Dr. Delegado Polícia este município vg Direção Clube Ginastico Estrela vg desta cidade vg verdadeiro fóco ante-nacionalistas vg cuja medida foi tomada face instruções Delegacia Ordem Politica Social [...]”.

A continuação do documento diz o seguinte: “Pode estar certo vossencia tudo faremos prosseguimento meritoria e patriotica obra combate inimigos querida Patria pt. Tudo pelo Brasil pt.”.

A intervenção à *Turn Verein Estrella*, além de modificar sua denominação, que passou a ser Sociedade Ginástica Estrela (SOGES), empossou uma nova diretoria ao clube e determinou em muito a maneira como a associação passou a organizar seus eventos, tipicamente ligados à cultura germânica. Esse momento ficou marcado como uma nova fase na história da SOGES, que passou a denominar, em seu acervo, o período que vai de 1907 (ano de sua fundação) a 1942, como “O Germânico”. A partir do ano de intervenção, a disposição da documentação do acervo³¹ não conta mais com documentos em língua alemã, que eram predominantes durante o primeiro período da associação.

A disposição da documentação oficial da SOGES diz muito sobre a maneira como a instituição representa a sua história. As representações são compreendidas neste trabalho no sentido colocado por Chartier (1990), segundo o qual, apesar de aspirarem a uma universalidade fundamentada na razão, as representações são concepções do mundo social determinadas de acordo com os interesses daqueles que as forjam. Como a disposição da documentação no acervo não foi planejada de maneira aleatória, entendo que tanto a maneira como estão expostos os documentos, como a denominação dos períodos históricos da

associação foram construídos obedecendo a representações do grupo que formulou a composição do acervo. O fato de haver um período denominado como “O Germânico”, por exemplo, pode representar a importância que tal fase teve na memória que a associação quer que seja lembrada.

A intervenção ocorrida em 1941 no jornal *O Paladino* e, em 1942, na SOGES, demonstram a maneira como a Campanha de Nacionalização se manifestou em instituições locais do município de Estrela. Para um estudo no âmbito da recepção da Campanha pelos sujeitos que a vivenciaram, a memória construída acerca deste período possibilita a análise das experiências sobre as práticas da Nacionalização, bem como das estratégias utilizadas por estes grupos para lidar com a repressão deste processo, como veremos no capítulo a seguir.

³¹ Os documentos oficiais da SOGES estão disponíveis para a consulta em um acervo fechado dentro da instituição. A documentação está exposta de maneira cronológica, imitando uma linha do tempo.

4 VESTÍGIOS DO PASSADO: A MEMÓRIA DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM ESTRELA

Além dos documentos oficiais e dos jornais, a memória também é uma maneira de se aproximar dos fatos passados. Possibilitando um olhar a partir do ângulo daqueles que foram alvos da Campanha de Nacionalização, este capítulo permite uma reflexão acerca da memória atual deste processo através da análise de onze depoimentos orais de descendentes de imigrantes alemães que viviam no município de Estrela durante o Estado Novo.

4.1 Memória

Rememorar situações de humilhação, medo e vergonha não são tarefas prazerosas àqueles que as vivenciaram ou presenciaram. A busca de testemunhos vivos da Campanha de Nacionalização na cidade de Estrela nos leva a uma profunda reflexão daquilo que nos é falado nos depoimentos, de modo que é fundamental frisarmos a tênue margem que distingue história e memória. Além de compreender a particularidade desta, como algo relacionado ao que é íntimo das pessoas, leva-se em conta neste trabalho que a memória também deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações e transformações, conforme afirma Pollak (1992). A memória é uma forma de representação do passado construída a partir da forma como as pessoas concebem, sentem, significam o mundo, o *seu* mundo. De acordo com Thomson (1997, p. 57), as memórias trazem aspectos de nossa identidade, de modo que:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, o que pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser.

A ligação entre a memória e o sentimento de identidade, portanto, se faz necessária pois, no caso deste trabalho, uma identidade étnica teuto-brasileira, elaborada anteriormente ao Estado Novo, colaborou na maneira como os imigrantes e seus descendentes fossem atingidos com uma campanha que visava a formação de uma identidade nacional brasileira. A idéia de que a elaboração de uma identidade étnica deu-se através da interação com a sociedade brasileira mais ampla faz com que o sentimento de identidade seja, de acordo com Pollak (1992, p.5), não apenas a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a

ela própria, mas também “a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”.

Entendendo as representações como formas em que as diferentes culturas compreendem a realidade, considero que a memória evocada pelos descendentes de imigrantes alemães é um instrumento que traz à tona a maneira como essas pessoas lêem a sua realidade. Nesse sentido, além de estar relacionada às alterações sofridas pela nossa identidade pessoal, a memória também é constantemente reconstruída conforme nossas experiências do presente. “Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (THOMSON, 1997, p. 57).

Ao concretizar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães em um texto, deve-se ter em mente os “muitos tempos da memória”. Enquanto que o passado é o tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados, e o presente é o tempo da redação da narrativa, a memória tem um papel intermediário entre essas duas temporalidades (PINTO, 1998, p. 206). Nesse sentido, ao analisar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães, orientei-me pela perspectiva de que os depoimentos dos entrevistados foram construídos a partir de temporalidades distintas, nas quais a memória acerca do processo da Nacionalização foi sendo reformulado de acordo com as experiências de vida de cada um deles.

4.2 A memória da Campanha de Nacionalização em Estrela

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.³²

O artigo primeiro do Decreto-Lei 383, de abril de 1938, deixa clara a idéia de perigo que os estrangeiros causavam no Brasil durante o Estado Novo. Como podemos observar na análise feita em relação ao jornal “O Paladino”, veiculado no município estrelense durante este período, e na documentação do acervo da SOGES, a repressão estadonovista atingiu parte

significativa da população de Estrela. Buscando, neste capítulo, dar voz àqueles que “sentiram na pele” a repressão do regime, foram realizadas onze entrevistas com pessoas que vivenciaram, na cidade abordada, situações condizentes com a Campanha de Nacionalização.

Para começarmos a análise dos relatos orais, é necessário deixar clara aqui a constatação acerca da memória feita por Maurice Halbwachs (2006), autor que introduziu, na década de 1920, o conceito de memória coletiva nas ciências humanas, possibilitando com que estas tornassem-na um problema para estudo, não ficando mais restrita às ciências que focam o indivíduo, como a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise. Concebendo a estrutura social da memória, Halbwachs diferencia, como dois objetos distintos, a memória individual e a memória coletiva. Enquanto que a primeira é de ordem da vida pessoal, autobiográfica e interior, a segunda é conhecida por nós de fora, portanto é exterior, social e está ligada a lembranças impessoais que são evocadas no momento em que o sujeito se comporta como membro de um grupo. Apesar, no entanto, de estabelecermos essa diferenciação, Halbwachs (2006, p. 72-73) faz uma ressalva importante ao afirmar que ambas se interpenetram:

[...] se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância.

Como estamos tratando aqui de relatos individuais, é preciso ter em mente não apenas esta questão, mas também outra: durante a época da Campanha de Nacionalização, os entrevistados eram bastante jovens, tinham entre onze e vinte e quatro anos no ano de 1942, quando da intensificação da repressão aos teuto-brasileiros, de acordo com Gertz (1991, p. 65). Quando se refere às memórias de criança, Halbwachs afirma que a sensação de preocupação que atitudes de adultos podem transmitir diante de determinados fatos, faz a criança saber que tal situação merece ser retida: “Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê.” (HALBWACHS, 2006, p.82). Podemos dizer, então, que os entrevistados lembram de tais episódios porque se envolveram numa corrente mais ampla do pensamento coletivo, “num contexto de preocupações que devem ter surgido nele [neles] durante esse período” (HALBWACHS, 2006, p. 82).

³² Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, Art. 1º, que veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

Apresento então os onze entrevistados, que viviam na cidade de Estrela durante o período abordado neste trabalho, começando pelos mais idosos. Serenita Ruschel nasceu em 1918, estudou o idioma alemão na escola e era dona de casa durante a época do Estado novo. Sonha Emília Balensifer, nascida em Montenegro em 1920, teve aula nos idiomas alemão e português e por volta de 1940 foi morar em Estrela, quando casou e se tornou dona de casa em Corvo, antigo distrito de Estrela. No ano de 1922 nasceu Eugênio Noll na cidade de Estrela. Eugênio estudava em uma escola evangélica no momento em que ocorreu a proibição do ensino em língua alemã. O fato de trabalhar junto com o pai em uma fábrica de café possibilitou a convivência entre Eugênio e os clientes da fábrica. A quarta entrevistada trata-se de Helga Maria Schnorr, que nasceu em 1925 e estudou em uma escola católica particular. Helga teve aulas nos dois idiomas, e durante a década de 40 já estava casada e era dona de casa. Gerda Agnischock Müller e Silvino Birck, nascidos em 1926, eram estudantes durante o a década de 40, e passaram pelo momento de transição do ensino em alemão para o idioma português.

Álvaro Romualdo Noschang, que nasceu em 1927, estudou em escola particular em Corvo e em 1941 foi para o seminário em Gravataí. Hoje Álvaro é padre na cidade de Estrela. Outro entrevistado que seguiu o caminho religioso foi Antônio Vítor Bohn, nascido em 1928, foi para o seminário em Gravataí no ano de 1943. Antônio Vítor hoje é pastor em Lajeado, mas antes de ir para o seminário, estudou em grupo escolar em Corvo e trabalhou como cozinheiro na casa de um professor.

Hertha Regina Birck nasceu em 1929 e durante o período da Campanha de Nacionalização era estudante e agregada em uma casa de descendentes alemães. Pedro Waldemiro Müller e Eli Hart, nascidos em 1929 e 1931 respectivamente, eram estudantes durante o período abordado na pesquisa. Apesar de ser o mais jovem entre os entrevistados, Eli Hart se destacou durante os depoimentos. Suas memórias eram carregadas de sentimentos de raiva, carinho e ódio. Também destaco os relatos de Antônio Vítor, Hertha, Silvino e Álvaro, que traziam detalhes dos acontecimentos que lhes vinham à mente durante as entrevistas.

Para uma melhor organização do texto, fiz uma divisão da análise em três eixos temáticos: o primeiro relacionado à proibição do uso do idioma alemão e às mudanças ocorridas no ambiente escolar; o segundo se referindo à repressão e às estratégias desenvolvidas pelos descendentes de imigrantes alemães neste período; e, por fim, uma

observação quanto à fala e ao silêncio do entrevistados, bem como sobre os sentimentos deixados pela Campanha de Nacionalização.

4.3 Eixo 1: A proibição do idioma alemão e a convivência nas escolas

Começando com a questão da proibição do uso do idioma alemão, pude perceber que os entrevistados mais idosos não estabeleciam uma relação entre o contexto político nacional e a proibição em si. Enquanto que Serenita³³ expressa: “[...] prendiam muito os que falavam alemão. Simplesmente não podia falar alemão, só português.”; Eugênio compreende a questão como um problema local do município de Estrela: “Ora, [...] a questão muito foi daqui da localidade, não era em toda parte [...]”. Já Dona Sonha lembra vagamente que foi na época de Getúlio Vargas que ocorreu a proibição.

A proibição era divulgada na cidade através de cartazes, como muito bem lembram Silvino e Antônio Vítor, que fala: “Essa proibição veio com cartazes pra tudo que é lado [...] quando o Brasil entrou em guerra [...] [estava escrito nos cartazes:] ‘proibido falar em alemão, italiano e japonês’ [...] eram colados em toda parte [...] porque era ditadura e ninguém podia protestar” (Veja cartaz na figura 9). A maneira encontrada pelos agentes da Delegacia de Polícia para vigiar os imigrantes e descendentes era, segundo os entrevistados, ficar escondidos atrás de muros e matagais à espreita de uma ocasião: “Eles se preparavam, ficavam de tocaia”, diz, Eugênio. Para completar o time de vigilantes, os relatos apontam para a participação de civis que costumavam denunciar situações de uso do idioma alemão. Estes eram os “deutscher fresser” – tradução que os entrevistados utilizam para a expressão “comedor de alemão” em alemão – a quem os teuto-brasileiros deveriam ficar atentos: “Então a frase era: ‘está vindo um deutscher fresser’[...] ó, da kommt ein deutscher Fresser”, afirma Helga.

³³ Utilizo o primeiro nome para me reportar aos entrevistados.

Figura 9 - Cartaz colocados nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês



Fonte: Documento cedido por Flávio Jaeger, morador do município

Quando perguntados sobre essa participação de civis entre aqueles que perseguiram os teuto-brasileiros, os relatos de cinco, dos onze entrevistados se referem aos lusos como perseguidores em função da inveja que estes tinham da prosperidade que os “alemães” vinham obtendo na agricultura, observemos alguns trechos:

“Era uma gente lusa que tinha muita raiva dos alemães, muita inveja [...] Então naturalmente aquela inveja deles desde o começo [quando os alemães chegaram ao Brasil] persistiu, porque os alemães vinham aqui, faziam agricultura e prosperavam, tinham casa bonita e tudo [...] e os outros queriam sombra e água fresca [...] Tinha gente que não era autoridade nem nada, mas iam denunciar. Nas estradas, se alguém dizia ‘guten morgen’, ao invés de bom dia, já chegava. Não precisava nem de testemunha, ia lá, denunciava e eram presos.” (Antônio Vítor).

“Era, como eu posso te dizer, ciúmes, inveja. Os alemães estavam indo muito bem e eles, pra trás, né.” (Eugênio)

“[...] Graças aos estrangeiros que vieram pra cá que o nosso Brasil é fantástico, né. Apesar de tanta pilantragem e tudo, mas graças aos imigrantes que vieram de fora. Mas é o poder. Tem uma frase de Abraham Lincoln: ‘se queres conhecer o homem, dê-lhe o poder’, é uma coisa assim.” (Eli)

A lembrança do cuidado que se deveria ter com a fala em língua alemã também é referida quando os entrevistados falam dos bailes de Kerb`s e das missas e cultos que, como podemos ver na análise de O Paladino, um comunicado sobre as prédicas religiosas serem

realizadas somente no idioma nacional é dado em novembro de 1939. Tal determinação, segundo os depoentes, trouxe dificuldades para aqueles que ainda não tinham aprendido a falar em português, principalmente os mais idosos, como é possível verificar na fala de Álvaro: “[...] E as pessoas idosas não sabiam falar português. E ali então também na Igreja, não se podia mais fazer sermão em alemão, tinha que ser em português. Já antes se falavam duas línguas, sermão em português e depois alemão. Daí por diante só português e as pessoas não entendiam mais nada, de modo que a própria catequese, evangelização, ficou muito prejudicada [...] porque as pessoas não entendiam o português, né. [...]”. Antônio Vítor traz consigo a lembrança da fiscalização das igrejas, que era contada na roda de amigos do professor Eidt, onde trabalhava como cozinheiro: “Em Arroio do Meio na igreja eles entravam nos domingos pra ver quem tinha livro de reza em alemão e conforme a conversa lá [na casa do Eidt], ainda levavam junto [prendiam], se alguém protestava [...]”. O patriotismo, que tomava conta inclusive nas igrejas, é recordado por Silvino: “Cantávamos em alemão na Igreja. Depois foi mudado e a Igreja foi obrigada a botar a bandeira brasileira de um lado do altar e a outra do estado, algo assim. Mas tinha que ter, era obrigado a ter uma bandeira do Brasil, lá no altar”.

As memórias dos tradicionais bailes de Kerb`s, em Estrela e nos municípios vizinhos, são bastante curiosas. Sete dos onze entrevistados contam histórias que ficaram sabendo sobre prisões em bailes. Os depoentes afirmam que, como as bandinhas tocavam músicas alemãs, a estratégia dos músicos era apenas tocar a base instrumental da música. Vejamos alguns casos contados nos relatos:

“Os músicos eram espertos, pra que vão fazer confusão, era só bandinha. Banda não cantando não tem problema. [...] Mas não foi tão duro, terminou a guerra, terminou tudo”. (Eli).

“A música em si ainda ia, mas cantar não”. (Herta).

“A gente cantava, mas durante a guerra não”. (Serenita).

“Os rapazes iam com as gurias para casa e se escondia nas canas um policial, do lado da estrada. Quando eles passavam lá e ‘papapa’ em alemão, prendiam e o rapaz ali vinha de a pé até a cadeia. Dormia ali. [risos] No outro dia arrancava um dia de inço aí nas ruas [...] pagava o serviço, mas feito pela delegacia e não pela prefeitura.” (Silvino).

Nesta fala de Silvino, podemos observar um elemento interessante. Os policiais se escondiam próximo aos locais onde aconteciam os bailes para flagrar a utilização do idioma

alemão em momentos propícios para isso: quando os imigrantes e descendentes estavam bêbados e sem controle do que e como falavam. Talvez seja possível deferir daí que os policiais “procuravam” momentos ideais para sua ação. Na fala a seguir, de Antônio Vítor, observamos que havia ocasiões em que a polícia acompanhava os teuto-brasileiros no próprio baile, fazendo com que a sensação de vigilância ocorresse inclusive nos momentos de divertimento:

“[...] lá em Corvo só tinha um brigadiano, ele ia pros bailes também pra ver se ninguém falava alemão e [...] que condução? Era lá no Ano Bom, caminhão de carga só. Ônibus ainda não existia [...] caminhão de carga, tudo mundo ia em pé no caminhão. Naquele baile lá no Ano Bom, que ficava a uns 4 ou 5 km para o interior e o brigadiano ia nesse mesmo caminhão. E esse alemão ficou muito faceiro no baile e umas que outras [bebidas] [...] começou a cantar em alemão, ele tava um pouquinho ‘floriado’, né e começou a cantar em alemão. E o brigadiano foi lá e eles tinham uma espadinha curta [...] e falou: ‘para de cantar em alemão’ e ele não parou, aí [o brigadiano] bateu no rosto dele, aí ele [o alemão] disse em português bravo: ‘bate aqui também’ [no outro lado do rosto]. Mas ficou preso ali até que terminasse o baile pra poder voltar com o caminhão. Eu não estava no baile porque era criança ainda, mas contaram essa história (pausa) [...]. Na volta pra casa do baile, ele [o alemão] não pode nem voltar pra casa dele, o caminhão passou na frente da casa dele [...] foi levado para Porto Alegre. Levavam para Porto Alegre os mais suspeitos [...]” (Antônio Vítor).

Entrando no tema das alterações ocorridas no ambiente escolar, a maioria dos entrevistados mais novos (Eli, Hertha, Antônio Vítor, Álvaro e Silvino) lembra que a proibição do idioma alemão ocorreu de modo abrupto, mas o que mais chama atenção nos relatos são as falas sobre a hora cívica, que se tornou obrigatória nas escolas. Faço a observação aqui de que os entrevistados passavam pela fase de transição do ensino nos dois idiomas (alemão e português), para as aulas apenas em português. Essa situação está presente, por exemplo, na fala de Silvino e Antônio Vítor, respectivamente:

“Nos dois primeiros anos eu ainda escrevia em alemão, depois vieram as guerras e coisas e aí começaram a proibir. Aí cada um ganhou um livro em tradução, alemão para o português. E eu já escrevia em alemão tudo, e então foi uma coisa pesada. Foi de uma semana pra outra. O delegado daqui era muito rígido na época [...]. Foi uma transição meio rápida. A gente não sabia nada e não podia nem falar em alemão”.

“O português e o patriotismo, isso tudo existia muito forte [...] hino nacional e as horas cívicas a gente fazia [...] era obrigatório fazer hora cívica. Mas o alemão não era

proibido, até nós tínhamos aqueles primeiros livros com as duas línguas, traduzindo [...] por que em casa só se falava em alemão [...] depois da guerra ainda vinham alunos que mal sabia dizer bom dia, pois em casa só falavam em alemão [...]”.

Herta recorda ainda da programação escolar acerca da hora cívica:

“Na escola da Delfina também tinha hora cívica. Cantar o hino (pausa) [...]. Tinha uma hora de hora cívica por semana. Se iniciava com o hino e depois o professor explicava as coisas. Sobre o Brasil? Sim, a hora cívica era só sobre isso, o patriotismo. Iniciava com o hino nacional e o hino da bandeira [...] isso a gente sabia na ponta da língua”.

Quando perguntados se tinham algo contra a hora cívica, todos os entrevistados expressavam que não, como podemos observar na fala de Antônio Vítor:

“Não, o patriotismo funcionava bem, a hora cívica era toda em português: o hino nacional, o hino à bandeira, o hino da independência [...] ‘já podeis da Pátria filhos’ [...] aí nós não tínhamos nada contra”.

Um caso de intervenção de uma fiscal da Secretaria da Educação foi relatado por Álvaro que conta a situação da seguinte forma:

“[...] E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E [...] o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que eu vou dar um castigo pra não esquecer’. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza [...] (risos) o Lauro, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um ‘frosch’ [sapo, em alemão] (risos), pronto, então [...] ele [...] não pôde ir pro recreio no dia seguinte, né [...].”

Um caso de prisão de um professor é relatado por Antônio Vítor que, na época do ocorrido, trabalhava como cozinheiro na casa do professor Eidt, o qual costumava reunir amigos em sua casa para ler as notícias dos jornais, conversar sobre a Ação Católica, da qual Eidt era presidente, e sobre notícias em geral. Segundo Antônio Vítor, durante o período em que o Brasil se encontrava declarado em guerra contra a Alemanha, havia espiões que iam escutar as conversas na casa do professor, achando que ele era um “nazista camuflado”. Antônio Vítor fala sobre as notícias comentadas na roda de amigos do professor:

“Antes da noite então os amigos dele se reuniam pra tomar chimarrão e olhar os jornais. Aí aparecia nos jornais aquelas manchetes ‘os alemães nazistas afundaram mais um navio brasileiro’ [...] e vinham as notícias da guerra [...]. ‘Hitler invadiu a Áustria primeiro, começou a invadir os países ao redor [...]’ e então eles liam e comentavam essas notícias dos jornais”.

Os jornais lidos eram “A Nação”, e também o “Neue Deutsche Zeitung”, como afirma o depoente, que complementa dizendo: “Esses eram os jornais que eles comentavam e alguém depois andou fazendo fofoca de que esse grupo da Ação Católica era camuflado, que de fato era um grupo nazista, que torciam para a Alemanha e [...] nazista camuflado, já diz tudo né [...] Mas não era, era a Ação Católica [...]”.

Por trabalhar na casa do professor, Antônio Vítor consegue descrever como foi a prisão daquele:

“Então em 1942 ele [o professor] foi fazer suas férias na casa dos pais dele em Santa Cruz e, no dia que ele voltou, alguém noticiou: ‘agora ele está de volta!’. No outro dia que ele voltou bateu a polícia de Estrela lá. Era um 29, um [...] como se diz hoje um delegado, naquele tempo tinha outro nome, era tempo da ditadura, não era prefeito que tinha, era intendente [...] não tinha eleições democráticas [...] Getúlio não era democracia (pausa) [...]. Então no outro dia bateu lá um 29, com um(s) policial(ais) e um tal de delegado de Estrela e perguntaram por ele, rodearam ele, fizeram mil perguntas, revistaram toda a casa, levaram junto [...] [o professor] não tinha armas, mas ele tinha um binóculo, um binoculozinho, assim, de observar coisas. Ele tinha o rádio à galena, rádio era coisa de luxo, porque tava começando o rádio naquele tempo. Rádio de galena era um radiozinho barato que os pobres tinham, ele era pobre. [...] Se botava ele [o rádio] lá na torre da igreja pra se pegar alguma coisinha. Os primeiros rádios eram de galena, não tinha alto-falante, nem nada, era fraquinho [...] Levaram junto esse binóculo e tudo que era livro que tinha em alemão dentro de casa [...] livros inocentes que a Alemanha mandava pra nós, de cantos pra escola, todos os cantos em alemão, que cantávamos na escola e também nos cultos. Então alguém tava de olho, a gente sabe mais ou menos quem foi, um inimigo que ele tinha, não vou dizer o nome, porque foi o grande suspeito que fez essas denúncias. Era alguém que morava lá, uma pessoa normal. Havia uma rixazinha, já to dizendo demais [...]. Então ele foi preso naquele dia, levaram ele pra Estrela, ficou três semanas lá retido. Não numa cadeia assim [...] era mais a base de perguntas e coisas, então levavam lá pra descobrir qualquer coisa, e continuavam chamando gente de Corvo, no fim aquela vila não tinha mais um homem em casa [...]. Eram chamados a Estrela

pra depor, pra espionar, pra falar [...] então ‘você gostaria que a Alemanha ganhasse a guerra?’ O sentimento era muito natural, né, a gente não tava contra a Alemanha, mas depois quando veio aquela guerra assim, o sangue pede isso, de fato a gente torcia pra Alemanha, mas não pra arrasar nós aqui no Brasil. E o Eidt foi o primeiro, ficou três semanas, os outros ficaram menos. De repente, num dia voltou todo batalhão pra casa, mandaram de volta”.

Antônio Vítor ainda demonstra o perigo em que se encontrava convivendo na casa do professor: “Não me levou preso [o policial] porque eu era menor, se não naquele dia eu também ia junto. Porque eu era quem tava mais envolvido com aquele grupo. De repente podiam ter me levado, porque na ditadura vale tudo né”.

Saber se o professor Eidt era ou não nazista, não é objetivo deste trabalho. O que importa aqui é observar, a partir de uma memória, que as reuniões de grupos eram vistas com suspeita pelos policiais e por civis na época. Qualquer atitude dos teuto-brasileiros que pudessem ter uma possível associação com o nazismo era motivo de delação, inclusive a escuta de rádio, como vimos na história do professor Eidt e veremos em mais relatos adiante. As lembranças narradas por Antônio Vítor sobre a prisão do professor têm um nível de detalhamento que pode se justificar pela tensão que tal acontecimento ocasionou no depoente.

Quando acham graça de determinadas situações, como é o caso do relato de Álvaro ao falar sobre o colega da escola que foi punido por falar em alemão, ou quando Silvino e Antônio Vítor contam as histórias de prisões nos bailes, podemos observar a questão dos “muitos tempos da memória”. O distanciamento entre o acontecido e a narração do fato possibilita que, neste último momento, os entrevistados dêem risadas do que contam, algo que provavelmente era visto com temor durante o tempo do acontecido.

Ao se referir aos “lusos” como invejosos dos “alemães”, vemos que uma representação do alemão como trabalhador e agente do progresso da cidade é um fenômeno construído coletivamente entre os entrevistados. Esta também é uma maneira de observamos a questão de como a memória traz aspectos da identidade de um grupo, pois essa representação do alemão é a maneira como os depoentes se imaginavam na época a partir de uma perspectiva do tempo presente.

4.4 Eixo 2: A repressão e as estratégias utilizadas para desviar a ação de fiscais do governo, de agentes da polícia e dos “infiltrados”

A repressão aos teuto-brasileiros é referida em todos os depoimentos orais. Todos os entrevistados têm uma história para contar sobre perseguições dos agentes da polícia e delações dos infiltrados³⁴. As mulheres, que em sua maioria pouco falavam sobre questões que não estivessem relacionadas ao ambiente familiar, também tinham alguma história para contar sobre o assunto. Herta, por exemplo, conta a história de uma idosa que, ao passar por policiais, deu-lhes bom dia em língua alemã (*guten morgen*). O resultado foi, segundo a depoente, que um policial correu para pegar um balde de água e molhou a senhora “da cabeça ao chão”. Após contar o episódio, Herta afirma: “Isso eu nunca mais me esqueci”.

Gherta também relembra de situações de perseguição quando fala que seu pai queimou vários livros em língua alemã no forno da casa, com medo de uma possível prisão em função dos livros que possuía, e Sonha se lembra da história de um senhor que escondeu seus livros enterrando-os perto de uma árvore.

Os casos mais fortes de repressão, no entanto, são referidos pelos homens. Tanto Antônio Vítor como Eli mencionam o “poço da angústia”, que seria, como descreve o primeiro: “um tanque com água até aqui [altura do pescoço] e com uma bomba [...] não podia parar [de bombear], não sei quantas horas, uma bomba daquelas de bombear água pra fora, daquelas manuais, pois não tinha eletricidade. E com a água até [o pescoço] fica bombeando se não se morre afogado, e os pés presos embaixo [...] e não podia parar”.

Neste momento da entrevista, Eli conta uma comovente história que presenciou em sua casa. A invasão de um infiltrado bastante conhecido entre os entrevistados (que preservarei o nome) em sua casa abalou a família até os dias atuais. Vejamos a forma como ele conta a queima do diário de seu avô pelo infiltrado:

“O pai do meu pai, que eu não conheci, era alemão, ele veio da Alemanha com um livro em que tomou nota de toda viagem. Não sei se são dezoito meses ou oito meses viajando em alto mar. [...] o vó anotava num livro tudo, que ele veio da Europa, a viagem, tudo. Mas escrito em alemão. Daí ele [o infiltrado, o ‘deutscher fresser’] foi ‘pega lá’ e tocou fogo no livro. [...] ele era carrasco mesmo [...] ele era tão cretino que, ‘pra não te prender, eu quero

³⁴ Utilizo o termo “infiltrados” ao me referir àqueles que não trabalhavam para a Delegacia de Polícia, mas delatavam os teuto-brasileiros.

lingüiça, quero banha’. Essa cretinisse [...]. Mas não era só ele, tinham muitos em outros lugares. [...] O meu irmão tem ódio hoje ainda do [infiltrado] [...]”.

Para desviar a atenção de possíveis desconfianças, os teuto-brasileiros arranjaram várias formas de desviar a atenção dos policiais e infiltrados. Principalmente quando o assunto era ouvir rádio, as maneiras encontradas para escutar o que os entrevistados chamam de “Deustschevelen” (a transmissão de notícias da guerra diretamente da Alemanha) são bastante interessantes, pois era preciso se esconder para ouvi-las. Como a quantidade de pessoas que tinham rádio em Estrela era escassa, como falam os entrevistados, a solução era se reunir nas casas daqueles que possuíam o aparelho. Herta, que era agregada em uma casa de descendentes de alemães, lembra de como os amigos e vizinhos da família faziam para saber das notícias da Alemanha:

“[...] a polícia desconfiava que tinha alguma coisa lá [na casa da família] mas eles não descobriam o que era. Porque eles [os que estavam reunidos] faziam de conta que estavam ali [dentro casa], mas uma outra ficava no rádio e tomava nota das notícias, numa casinha de lenha. Tomava nota de como era: ‘tantas pessoas morreram, e isso aconteceu, e esses passavam fome’, [notícias] da guerra lá da Alemanha. Deustschevelan, se diz, esse rádio alemão, pegava a notícia de lá. Ela tomava nota com atenção e então quando a polícia ia embora, ela saía e contava tudo para os outros que estavam lá reunidos. Ninguém desconfiava que lá tinha rádio, ou alguma coisa [...] era um galpão bem nos fundos da casa. Todos estavam nervosos, porque tinham pais e irmãos lá (na Alemanha) [...]”.

A preocupação com os parentes, como observamos na fala de Herta, também é referida por Eli (que tinha um irmão na guerra) e por Gherta, que relata:

“Então eu lembro que os dois [rádios], escondidos lá em casa, na sala assim, com tudo, janela, tudo fechado, tudo trancado para ouvir as notícias que a, como se diz, que as ondas curtas transmitiam. Então eles conseguiam pegar alguma coisa, para ter alguma notícia de lá [Alemanha], porque todos eles tinham parentes. Então era uma preocupação pelo parentesco também, né que ficou lá”.

Eli conta que um de seus irmãos mais velhos costumava escutar rádio com amigos, enquanto que a mãe rezava. Ele conta: “A mãe quase não dormia [...] com o meu irmão mais velho, ele ia na, eles iam no pai do Günter Wagner, acho que duas vezes por semana eles iam escutar, escutar o Adolf Hitler lá, mas a mãe: ‘isso ta proibido, vocês vão aí olha, vocês vão aí presos, eu vou deixar vocês’ [...]”. Pedro lembra do caso de um tio, que foi preso em Roca

Sales por ser denunciado de que “estava transmitindo pra Alemanha de dentro do galinheiro [...]”.

Outra maneira de passar despercebido pelos policiais era alterar os nomes e sobrenomes alemães. Silvino exemplifica isso contando que pessoas com o sobrenome Reis (pronunciado Rais, em alemão), “abrasileiravam” seu sobrenome pronunciando-o como Reis. Gherta lembra do caso de um menino que foi recomendado a se apresentar com um nome “brasileiro”: “[...] ensinaram ele em casa: ‘tu não fala alemão com ninguém, e se alguém te perguntar como é teu nome, teu sobrenome, tu diz que é Cardoso’. E não é que o guri até velho, agora, tinha o apelido de Cardoso!”. Outro comentário feito por Gherta, e que também é mencionado por Álvaro é que os pais e avós costumavam falar às crianças, que brincavam em frente de casa, à avisá-los quando um policial passava perto de casa.

Nestas falas sobre a repressão e as estratégias utilizadas para desviar a ação dos policiais e infiltrados também fica clara a questão das temporalidades da memória. Atualmente, algumas situações de perigo são lembradas com graça pelos depoentes. A preservação do nome do famoso infiltrado da polícia na cidade, por exemplo, é um pedido de alguns dos entrevistados, preocupados com as implicações que a revelação deste nome pode suscitar nos dias atuais. De acordo com Halbwachs (2006, p. 94), a memória muda porque o nosso lugar na sociedade se desloca, “[...] certos traços se apagam e outros se destacam, conforme o ponto da perspectiva de onde a examinamos, ou seja, segundo as novas condições em que nos encontramos quando nos voltamos para ela”. Sendo assim, podemos entender que a preservação do nome do famoso “deutscher fresser” da cidade é uma opção baseada em uma perspectiva atual dos entrevistados.

4.5 Eixo 3: A fala e o silêncio dos entrevistados e o sentimento deixado pela Campanha de Nacionalização

Durante a análise dos relatos, percebi que a maioria das mulheres pouco falavam sobre acontecimentos exteriores ao seu ambiente familiar. Das cinco entrevistadas (Serenita, Sonha, Helga, Hertha e Gerda), as duas últimas se mostraram mais desenvoltas para conversar sobre o tema da Campanha de Nacionalização. Uma das primeiras frases que ouvi de Sonha quando a contatei foi que ela não sabia falar sobre assuntos de política e, quando da entrevista, suas lembranças perpassavam toda a sua trajetória de vida e pouco reportavam-se à Campanha. Nesse sentido, uma das situações ao lidar com a memória é, segundo Pollak, o

caso dos “vestígios datados na memória”, que são aquelas datas fixadas precisamente nas lembranças das pessoas. Citando entrevistas feitas com donas de casa da Normandia sobre a guerra, Pollak (1992) verificou que os relatos trazem uma lembrança bastante precisa da vida familiar, mas não ocorrem da mesma forma quando relacionados a datas públicas, da vida política. Considero, então, que o fato de Serenita, Sonha e Helga serem mulheres já casadas, donas de casa e que não freqüentavam mais a escola durante o período da Campanha da Nacionalização tenha relação com a fala e também com o silêncio delas. Gerda, que era estudante e Hertha, que além de estudar trabalhava na casa de uma família em troca de uma moradia que ficasse mais próxima do centro da cidade, conviviam com pessoas diferentes de seu grupo familiar e, por esse motivo, se envolviam com situações exteriores ao seu grupo familiar. Halbwachs (2006, p.93) afirma que “[...] as lembranças da infância só são conservadas pela memória coletiva porque no espírito da criança estavam presentes a família e a escola”.

Os entrevistados do sexo masculino traziam muitas e longas histórias acontecidas com pessoas de sua família, conhecidas ou que ouviram falar. Segundo Pollak (1992), além dos acontecimentos, a memória também é constituída por pessoas, personagens, e por lugares, que igualmente podem ser lembranças vivenciadas ou vividas por tabela. Neste último caso, pode tratar-se de transferências, de projeções que se remetem a outros eventos vividos pela pessoa, e não aquele que a pessoa relaciona em sua memória. Além de freqüentar a escola, muitos dos homens entrevistados tinham um círculo social que ia além da família e da sala de aula: Eli se reunia com amigos para ouvir rádio escondido; Eugênio se deparava com várias pessoas em seu trabalho com o pai na fábrica de café; o pai de Álvaro tinha um hotel; e Antônio Vítor era cozinheiro na casa de um professor que costumava reunir amigos para discutir os mais diversos assuntos.

Outra percepção que tive durante a análise dos relatos foi que os depoentes mais novos tinham uma memória mais precisa e tinham maior desenvoltura em suas falas. Claro que o fator idade conta nisto, mas observei que os mais novos também expressavam seus sentimentos de forma muito mais enfática. Apesar de muitos risos quando falavam sobre os serviços que os presos tinham que “pagar”, como capinar, limpar a delegacia, e quando lembravam de quando os teuto-brasileiros bebiam demais e falavam alemão nos bailes, por exemplo, a indignação e a raiva, como também a tristeza tomavam conta dos entrevistados durante determinados momentos de suas falas.

Quando perguntados sobre os sentimentos deixados pela Campanha de Nacionalização houve entrevistados que, apesar de reconhecer as situações de risco que corriam os teuto-brasileiros, diziam não sentir efeitos diretos em suas vidas, como observamos nos trechos a seguir:

“Eu sei que foi triste para os alemães, né [...]”. (Sonha)

“Eu não me impressionei muito, eu era guri naquele tempo mesmo, eu queria aprender a falar português, então [...]” e “A coisa bem pra mim não foi terrível, eu não senti, mas as pessoas idosas sofreram muito [...] Só que a gente ficava com certa raiva dos Estados Unidos porque arrastaram o Brasil pra guerra, né. Então, desde lá, os ingleses pior ainda, porque exploravam o Brasil [...]”. (Álvaro)

“[...] os homens lembram bastante [...] é que os homens, como eles ficavam nas cidades, viam mais [...]” (Helga)

Houve, no entanto, aqueles que demonstravam raiva e ódio, principalmente quando presenciaram alguma situação de perseguição ou passaram por situações repressivas em suas famílias, caso este de Eli, que continua manifestando o ódio que ele e sua família sente do infiltrado que queimou o diário de seu avô. Antônio Vítor, que presenciou a prisão do professor em cuja casa trabalhava, afirmou:

“A gente não podia protestar, não era democracia. Não existia greve, nem nada. Sabe como é a ditadura [...] tem que baixar a cabeça se não apanha, vai pra cadeia e não pode nem protestar. Ditadura é assim né [...] o chefe é um né [...]”.

O ressentimento à época da Campanha de Nacionalização é expresso pela mágoa que Eugênio diz sentir. Pedro fala do sofrimento que os teuto-brasileiros passaram juntos, e que a situação porque passavam era bastante constrangedora. Uma vontade de nem se lembrar de tudo que aconteceu aparece no relato de Silvino:

“Infelizmente aconteceram muitas coisas que a gente fez assim [...] de esquecer [...] e já não se lembra mais. A gente mesmo passou pro esquecimento já para não lembrar mais daquelas partes negras que passaram. [O que ocorreu] não era do querer da gente [...] estávamos loucos pra ver a página virar”.

Como a identidade social está ligada a uma imagem de si também para os outros, conforme Pollak (1992), podemos ter uma idéia nos relatos de como os descendentes de alemães se sentiam enquanto grupo no momento da Campanha de Nacionalização, quando a

política nacional colocava o alemão, o italiano e o japonês como “o outro”, o não-assimilado. Assim como escreve Pollak (1992, p. 5):

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

“Ver a página virar” e se esquecer das partes negativas do passado, como podemos ver na fala de Silvino, eram sentimentos que demonstram como aquele passado em que a imposição de uma identidade nacional, que entrou em choque com uma identidade étnica teuto-brasileira, há tempos em elaboração, não fazia sentido para o grupo de descendentes de imigrantes alemães entrevistados em Estrela. Através das entrevistas, pude perceber que a introdução de símbolos nacionais e do idioma português nas escolas e missas, por exemplo, não foram rejeitadas pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Ao contrário disso, podemos ver nos depoimentos que não há manifestações em oposição ao que vinha sendo incorporado à sociedade, mas sim à maneira como isso era imposto. As mudanças que o Estado Novo implementou ocorreram de forma abrupta e não deram margem para uma adaptação que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, de maneira natural por aqueles que eram considerados “não-assimilados” pelo regime. Termino este capítulo com uma pequena história contada às crianças por Álvaro, que atualmente é padre no município de Estrela:

“[...] hoje, as crianças e jovens não sabem [...] eles têm vergonha de falar alemão. [...] Então quando eles são muito assim, quando percebem que são superiores, eu conto a história da gata que foi comer queijinho com seus gatinhos na cozinha e advertiu: ‘cuidado com o cachorro, ele é safado’. Quando muito bem estavam comendo o queijo, o cachorro meteu a cabeça dentro da cozinha, a gata viu e mais que depressa fez assim: ‘au, au, au’ [...], e o cachorro estranhou isso, deu meia volta. Aí ela disse pros seus filhinhos: ‘eu sempre digo, é bom conhecer dois idiomas’”.

Esta fala do Padre Álvaro não deixa de ser uma lição aprendida em sua própria vivência durante o Estado Novo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em torno dos impactos e memórias da Campanha da Nacionalização em um município específico do Rio Grande do Sul permite que tenhamos acesso a mais um dos focos onde as instâncias do governo brasileiro agiram com a finalidade estabelecer a imposição de uma identidade nacional sobre representações regionais e étnicas no país. Em Estrela, este trabalho identificou intervenções em um jornal veiculado no município, que trazia notícias, anúncios e textos no idioma alemão; em um clube ginástico tradicionalmente ligado à cultura germânica; e nas vivências de moradores que ficaram registradas em suas memórias.

A maneira como se realizou a interferência no conteúdo do jornal “O Paladino” demonstra como os jornais serviam como canais a serviço do Estado para transmitir sua ideologia àqueles lugares mais distantes do centro do país. No caso específico de O Paladino, dois momentos marcam significativamente essa interferência: a partir do mês de novembro de 1937, quando o conteúdo do semanário se volta aos textos de exaltação ao regime estadonovista e ao chefe da Nação, coincidindo com a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937; e a partir do mês de abril de 1938, quando o conteúdo do jornal deixa de apresentar textos em idioma alemão, e deixa de receber o apoio do Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro, o que coincide com o decreto-lei 383, de abril de 1938, pelo governo Vargas.

A intervenção à Sociedade Ginástica Estrela (SOGES), em 1942, é um exemplo local de como as instituições culturais germânicas foram cerceadas em sua liberdade de manifestação étnica durante o regime estadonovista. O ano de 1942 foi tão marcante para a associação que, na organização do seu acervo, o período que vai do ano de sua fundação até a data da intervenção é nomeado como “O Germânico”.

Tanto a proibição da circulação de O Paladino em 1941, bem como a intervenção realizada à SOGES são alguns exemplos concretos da eficiência operacional da Campanha de Nacionalização. Já a eficiência efetiva da imposição de uma identidade nacional brasileira é uma questão que não pode ser encontrada no nível concreto dos documentos. Apesar do fechamento do jornal O Paladino e da intervenção à SOGES, é possível observar, através dos relatos orais, que traços culturais não são algo tão simples de ser eliminados, mesmo que seja ou talvez justamente por ser via imposição. A identificação com as representações do Estado

nacional brasileiros foram e vem se dando naturalmente, mas as características que os descendentes de imigrantes alemães carregam consigo ainda possuem traços de uma identidade étnica que, por ser dinâmica, é construída e reconstruída de acordo com o contexto em que se insere.

A análise dos onze depoimentos orais permitiu observar, portanto, que não havia uma posição contrária a Nacionalização pelos teuto-brasileiros entrevistados mas sim uma posição que não concordava com a maneira como ela se dava: reprimindo suas manifestações culturais. Os relatos também possibilitaram perceber as estratégias utilizadas pelos teuto-brasileiros para desviar a atenção dos agentes da polícia, bem como dos infiltrados, como a mudança dos nomes, a escuta do rádio escondido e o ato de esconder livros escritos em idioma alemão, por exemplo.

As memórias sobre apreensões em bailes e castigos de escola são lembradas muitas vezes em tom de graça pelos entrevistados, mas que em nenhum momento deixaram de demonstrar o constante sentimento de vigilância que o período lhes proporcionou. No caso da pouca fala de algumas entrevistadas, pude concluir que o círculo social limitado a que pertenciam no momento não proporcionou maiores desdobramentos sobre o tema. Já aqueles e aquelas que conviviam em ambientes como a escola e locais de trabalho dos pais, por exemplo, tinham mais experiências a relatar sobre a Campanha de Nacionalização. Ênfase ainda que as memórias são versões do passado constantemente reelaboradas pelos depoentes a partir do tempo presente e, por este motivo, estão sujeitas a flutuações e perturbações.

A partir deste trabalho, considero que o estudo do micro, no caso uma cidade em específico, pode auxiliar a uma melhor visão do macro (o contexto dos imigrantes alemães e seus descendentes no sul do Brasil) no sentido de que as imbricações políticas e culturais específicas muitas vezes podem ultrapassar a esfera do local, seja reforçando ou se contrapondo a uma história globalizante. O trabalho, portanto, teve a intenção de colaborar numa reflexão acerca do tema da Campanha de Nacionalização explorando um espaço ainda não privilegiado por estudos mais aprofundados no tema.

FONTES PRIMÁRIAS:

ÁLBUM comemorativo do cinquentenário do município de Estrela. Estrela: [s.n.], 1926. p. 139.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no brasil e dá outras providências. [*Base de dados de legislação da Câmara Federal*]. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

Depoimentos orais: Serenita Ruschel; Sonha Emília Balensifer; Eugênio Noll; Helga Maria Schnorr; Gerda Agnischock Müller; Silvino Birck; Álvaro Romualdo Noschang; Antônio Vítor Bohn; Hertha Regina Birck; Pedro Waldemiro Müller e Eli Hart.

Fonograma de intervenção à Sociedade Ginástica Estrela, de 14 de março de 1942.

JORNAL CORREIO DO SUL, Porto Alegre, ano 6, n. 5, p.2, 25 out. 1857.

JORNAL O PALADINO, Estrela, 1937-1939.

Livreto do Jubileu de Diamante de Estrela. Estrela: [s.n.], 1951. p. 58, 119

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-250.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 39-50.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2, p. 107-143.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, 1994.

FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GERTZ, René E. *O Fascismo no sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 29-40.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

GERTZ, René E. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 347-368.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HESSEL, Lothar F. *O município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Martins Livreiro, 1983.

HESSEL, Lothar F. Apreciações raciais e sociais no Alto Taquari (1910 – 1930) In: GERTZ, René E.; FISCHER, Luís Augusto. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 51-55.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Elaine Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: BARROS, Eliane Cruxên et al. *RS: imigração & colonização*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. (Série Documenta, 4). p. 9-46.

OLIVEN, Ruben G. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez/ ANPOCS, v.1, n.2, p.39-59, 1986.
Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_07.htm>. Acesso em: 10 nov. 2011.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1, p. 13-37.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p.203-211, nov. 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

- RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 43-55.
- RENAN, E. Qu'est-ce qu'une Nation? In: _____. *Discours et Conférences*. Paris: Calmann Lévy, 1887. p.278-310.
- RESENDE, Maria E. Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1, p. 89-120.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. *Dicionário de Estrela*. Estrela: O Autor, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 17., Caxambu, 22-25 de outubro de 1993. *Trabalhos apresentados no...* Caxambu, MG, 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.
- SEYFERTH, Giralda. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 11-28.
- SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 199-228.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 173-244.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/15/15art2.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a mem6ria: quest6es sobre a rela76o entre a hist6ria oral e as mem6rias. *Projeto Hist6ria*, S6o Paulo, n. 15, p.51-71, abr. 1997.

WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado novo em Iju6. In: MAUCH Cl6udia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alem6es no sul do Brasil: cultura, etnicidade e hist6ria*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p.105-119.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS

DADOS GERAIS:

Nome

Data de nascimento / Idade

É de descendência alemã?

Sempre morou em Estrela? Ou quando veio?

ESCOLA:

Onde estudou?

A escola era católica, evangélica, particular ou pública?

Quais séries (anos) tinham?

Tinha livro didático? Como aprendiam?

A aula era em alemão ou português?

Quando o alemão foi proibido, como foi essa mudança? Como aprendiam?

Havia alunos que desrespeitavam a proibição do alemão? Tinha algum castigo?

Havia obrigatoriedade de Hora Cívica, cantar o hino...? Gostavam disso?

Lembras de alguma intervenção na escola? Algum professor foi proibido, preso?

Havia fiscal na escola?

IGREJA:

Frequentava a igreja na época da proibição? Ocorreu alguma mudança?

Cantavam canções em alemão?

JORNAL:

Lia algum jornal nessa época? Qual (quais)? Algum parou de circular?

Citar – “Neue Deutsche Zeitung” / “O Paladino” / “A Nação” / “A Voz de Estrela” / “Paulusblatt” / “Volksblatt”.

RÁDIO:

Muitas pessoas tinham rádio? Quem?

Qual emissora? Rádio da Alemanha, Rádio Nacional, Mayrink Veiga?

Como faziam para escutar rádio durante a proibição da língua alemã?

Possuíam algum fonógrafo/ vitrola?

BAILES DE KERB (Tradicionais bailes alemães):

Quais tipos de música tocavam nos Kerb`s? Alemãs, brasileiras?

Como foi no período da proibição da língua alemã?

FESTAS CÍVICAS:

Como eram comemoradas as festas cívicas? (7 de setembro/ dia da bandeira...)

As pessoas participavam? Gostavam?

II GUERRA MUNDIAL:

Havia uma simpatia dos descendentes de alemães pela Alemanha? Apoiavam/ “Torciam”?

Qual sentimento que ficou em relação à proibição da língua alemã?